



MAG

THE **LATIN**
AMERICAN
LAWYER



NÚMERO	18 Setembro	POR
33	2023	

Dia do Advogado

Os desafios e o futuro da profissão

Código de Processo Civil

Alteração admite assinaturas eletrônicas

IA generativa no setor jurídico

O início de uma nova era

Inlaw Alliance no Brasil

Artigo de Rafael Freitas Machado

DREX

A nova moeda digital brasileira

LATAM SPECIAL

SANTIAGO 2023

La relevancia del trabajo jurídico detrás de los Juegos Panamericanos

Ask the submission form to: guido.santoro@iberianlegalgroup.com
For more information about the events send an email to: ilaria.guzzi@lcpublishinggroup.com



These events refer to Iberian Lawyer and they reward the best lawyers and law professionals in Spain and Portugal.

Iberian Lawyer Legaltech Day	Madrid, 20/09/2023
Iberian Lawyer Forty Under 40 Awards	Madrid, 17/10/2023
Legal Day	Madrid, 07/11/2023
Gold Awards	Madrid, 07/11/2023



The event aims to highlight the excellence of private practice lawyers, experts in the sector of energy and infrastructure in Latin America.

The LatAm Energy & Infrastructure Awards	São Paulo, 13/12/2023
--	-----------------------



The Legalcommunity Switzerland Awards is the event celebrating in-house & private practice lawyers in Switzerland.

Inhousecommunity Days Switzerland	Zurich, 26-27/10/2023
-----------------------------------	-----------------------



The Legalcommunity MENA Awards event celebrates the excellence of in-house legal departments and private practice lawyers in the Middle East and North African markets.

Legalcommunity MENA Awards	Cairo, 23/11/2023
----------------------------	-------------------

Ask the submission form to: guido.santoro@iberianlegalgroup.com

For more information about the events send an email to: ilaria.guzzi@lcpublishinggroup.com



These events refer to Iberian Lawyer and they reward the best lawyers and law professionals in Spain and Portugal.

Iberian Lawyer Sustainability Summit Spain	Madrid, 19/02/2024
Iberian Lawyer Labour Awards	Madrid, 19/02/2024
Iberian Lawyer Inspiralaw	Madrid, 07/03/2024
Iberian Lawyer Sustainability Summit Portugal	Lisbon, 16/04/2024
Iberian Lawyer IP&TMT Awards	Madrid, 30/05/2024
Iberian Lawyer Energy Day	Madrid, 27/06/2024
Iberian Lawyer Energy Awards	Madrid, 27/06/2024
Iberian Lawyer Legaltech Day	Madrid, 24/09/2024
Iberian Lawyer Forty Under 40 Awards	Madrid, 29/10/2024
Iberian Lawyer Legal Day	Madrid, 05/11/2024
Iberian Lawyer Gold Awards	Madrid, 05/11/2024



The event aims to highlight the excellence of private practice lawyers, experts in the sector of energy and infrastructure in Latin America.

The LatAm Awards Energy & Infrastructure Awards	São Paulo, 11/12/2024
---	-----------------------



The global event for the legal business community in Milan.

Legalcommunity Week	Milan, 10-14/06/2024
---------------------	----------------------



The Legalcommunity Switzerland Awards is the event celebrating in-house & private practice lawyers in Switzerland.

Legalcommunity Switzerland Awards	Zurich, 16/05/2024
Inhousecommunity Days Switzerland	Zurich, 24-25/10/2024



The Legalcommunity MENA Awards event celebrates the excellence of in-house legal departments and private practice lawyers in the Middle East and North African markets.

Legalcommunity Mena Awards	New Cairo, 21/11/2024
----------------------------	-----------------------

Editorial


Sem perder o foco

Já estamos em setembro e podemos dizer que até aqui, 2023 tem nos surpreendido. Mas o ano ainda reserva muitas novidades e os escritórios brasileiros seguem sem perder o foco.

Os últimos meses foram marcados por muita tecnologia, inovação. Novidades que afetam o mercado jurídico e esta edição tem alguns exemplos disso. A nossa matéria de capa traz informações sobre o real digital, moeda usada para transações eletrônicas vinculada à tecnologia e conexão que já tem nome: Drex.

Outra novidade que abordamos é a alteração no Código de Processo Civil que trouxe um capítulo importante sobre as questões de segurança jurídica para as instituições financeiras, fintechs, FIDCs e outras organizações no uso de títulos de crédito. A Nova Lei valida títulos de crédito emitidos e assinados eletronicamente. Assim, fica mais fácil conceder e ceder crédito.

Ainda em relação à inovação, direto da edição IBL, você pode conferir a entrevista com Eugenia Navarro sobre IA generativa no setor jurídico.

Ainda temos um artigo do Rafael Freitas Machado, advogado da Inlaw Alliance no Brasil, depoimentos de alguns advogados que comentaram sobre o futuro e os desafios da profissão, as novidades sobre as transações marcantes do mercado jurídico nos últimos meses e um pouco da movimentação dos escritórios brasileiros. 



LEGALCOMMUNITYCH

The first digital information tool dedicated to the legal market in Switzerland



LEGAL MARKET IN SWITZERLAND

IN-HOUSE LAWYERS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

DIGITAL NEWS



Follow us on



www.legalcommunity.ch

Contenidos

THE LATINAMERICAN LAWYER 33



34

DREX – O REAL DIGITAL



78

**MÁS QUE MEDALLAS:
DESAFÍOS LEGALES DE LOS
JUEGOS PANAMERICANOS**

8

ON THE MOVE

PROMOÇÃO

Rolim Goulart Cardoso anuncia sete novos sócios

18

ON THE WEB

Aproveitando as oportunidades

28

Dia do Advogado: agentes da sociedade

38

Código de Processo Civil:
alteração admite assinaturas eletrônicas

44

InLaw Alliance

50

IA generativa
no setor jurídico

LATAM SPECIAL

56

ON THE MOVE

PANAMÁ

Lovill promueve a dos nuevos socios

66

ON THE WEB

Paisaje inmobiliario

72

PAGBAM:

Transfronterizando su potencial

84

Mejores firmas:

Primer semestre 2023

88

Uniendo Fuerzas
a Ambos Lados del Atlántico:
Anaya Díaz e Ibáñez
junto a Maisto e Associati

On the move



ALESSANDRA TORRES



ARIENE DINIZ E AMARAL



EDGAR JUNQUEIRA FREIRE



LUIS FELIPE BERNARDES SÁ TELES



MANUELA BRITTO MATTOS



PATRICIA PILÓ BITTENCOURT REDIG



TADEU NEGROMONTE DE MOURA

PROMOÇÃO Rolim Goulart Cardoso anuncia sete novos sócios

O **Rolim Goulart Cardoso Advogados** anunciou a promoção de seis novos sócios e a contratação de uma nova sócia, reforçando, assim, suas áreas de Direito tributário, contencioso empresarial e de societário, além de criar a nova área de relações governamentais.

O escritório promoveu os coordenadores **Manuela Britto Mattos** e **Tadeu Negromonte de Moura**, na área de contencioso tributário, **Edgar Junqueira Freire**, em consultoria tributária, **Patrícia Piló Bittencourt Redig** e **Luis Felipe Bernardes Sá Teles**, em contencioso empresarial, e **Alessandra Torres**, na área de societário e M&A.

Já em relações governamentais, a banca anunciou a contratação de **Ariene Diniz e Amaral**, que vai reforçar a equipe do escritório em Brasília, com foco na busca de soluções aderentes aos negócios dos clientes junto ao Poder Executivo e Legislativo Federal. Com isso, o escritório passa a ter um total de 21 sócios.

Saiba mais sobre nossos novos sócios:

Alessandra Torres, da área societária e M&A, possui MBA em Gestão Empresarial para o Setor Elétrico na Faculdade Fisul e pós-graduação em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-MG). É reconhecida por trabalhos em complexas operações de fusões e aquisições, reorganizações e estruturas societárias sofisticadas, opiniões legais e planejamentos societários.

Ariene Diniz e Amaral possui mestrado em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e atuou como advogada e especialista em políticas públicas na Confederação Nacional da Indústria (CNI) por quase 10 anos, trabalhando diretamente no acompanhamento de pautas legislativas no Congresso Nacional, no Ministério da Fazenda e na Receita Federal.

Edgar Junqueira Freire atua na assessoria de empresas e pessoas físicas na reestruturação e eficiência tributária nos termos da legislação e jurisprudência, incluindo atuação em processos tributários administrativos. É pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e em Teoria e Prática do Planejamento Tributário pela Associação Paulista de Estudos Tributários (APET).

Luis Felipe Bernardes Sá Teles, por sua vez, atua na área de Contencioso Empresarial e Regulatório, com ênfase em questões afetas ao setor elétrico, direito do consumidor e causas cíveis estratégicas. É pós-graduado em Direito de Energia pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN) e em Direito Civil pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Manuela Britto Mattos possui mestrado em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduação na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência em processos administrativos e judiciais, em relação a tributos federais, estaduais e municipais.

Patrícia Piló Bittencourt Redig possui LL.M em propriedade intelectual pela Michigan State University e experiência em consultoria cível, relacionada aos contratos de distribuição de veículos automotores, atuando em diversas demandas judiciais sobre a matéria.

Tadeu Negromonte de Moura é pós-graduado em Direito Corporativo pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-MG) e em Direito Societário Aplicado, pelo mesmo instituto. Atua com ênfase em litígios judiciais e administrativos relacionados a tributos federais, estaduais, municipais, bem como controvérsias de natureza aduaneira e previdenciária.



LEGALCOMMUNITYCH

The first digital information tool dedicated to the legal market in Switzerland



LEGAL MARKET IN SWITZERLAND

IN-HOUSE LAWYERS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

DIGITAL NEWS



Follow us on



www.legalcommunity.ch



FINANCECOMMUNITYES

The 100% digital information tool
dedicated to the financial market players in Spain



DIGITAL NEWS

MARKET TRENDS

FINANCIAL ADVISORS

MOVES



Follow us on



www.financecommunity.es



REFORÇO

Tauil & Chequer Advogados anuncia reforço para a área de portos e marítimo

Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown anunciou o ingresso da sócia especialista em Direito marítimo **Juliana Pizzolato Furtado Senna**, que ficará alocada no escritório do Rio de Janeiro. Anteriormente ela trabalhava no escritório Kincaid Mendes Vianna Advogados.

Além de atuar com foco em marítimo e óleo e gás, ela traz sua experiência em infraestrutura, energia, Direito societário, regulatório e contratos para agregar ao atendimento do escritório. Juliana tem uma carreira de quase duas décadas trabalhando em escritórios jurídicos e conta com especializações em Direito marítimo, Direito comercial e Direito do petróleo.

“A chegada da Juliana Senna reforça o compromisso do nosso escritório em levar um trabalho de alto nível para nossos clientes, por meio da assessoria dos mais renomados e experientes advogados do mercado”, pontua Victor Galante, managing partner do Tauil & Chequer Advogados.

Juliana está vinculada a diversas associações profissionais, como a International Bar Association (IBA), é membro da Women’s International Shipping & Trading Association (WISTA Brasil); do Comitê de Regulação de Petróleo e Gás da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ; da Comissão de Petróleo, Gás Natural e Biogás da OAB/RJ; e da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico da OAB/RJ.



BEATRIZ FRANCIS SIMÃO



DANIEL OSTRONOFF



FÁBIO MACHADO MALAGÓ



SAMUEL GUSTAVO CALAZANS DIMBARRE

MUDANÇA

RHOM Advogados passa a ser OMSD Advogados

RHOM Advogados passa a denominar-se OMSD – **Ostronoff, Malagó, Simão e Dimbarre Advogados**.

A mudança reflete a saída de Pedro Romeiro Hermeto e, mais significativamente, a importância dos sócios **Beatriz Francis Simão** que lidera a prática tributária e **Samuel Gustavo Calazans Dimbarre** responsável pelo mercado de capitais e prática bancária, para a direção do escritório, cujos nomes agora se unem aos dos sócios **Daniel Ostronoff** e **Fábio Machado Malagó**.

Sediada em São Paulo e com presença nacional, a Ostronoff, Malagó, Simão e Dimbarre é reconhecida por sua expertise nos setores imobiliário, registral, urbanístico, planejamento patrimonial e sucessório, contencioso estratégico, societário, administrativo, contratual, tributário, mercado de capitais e práticas bancárias.



CONTRATAÇÃO

Cascione Advogados contrata nova sócia

Cascione Advogados tem uma nova sócia em crimes de colarinho branco, compliance e investigações. O escritório contratou **Clarissa Oliveira** que liderará a já consagrada prática do escritório de advocacia full solutions.

Clarissa Oliveira é formada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Direitos Humanos e Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra e pós-graduada em Direito Penal Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Atua com Direito Penal Empresarial desde 2004 e com investigações e compliance empresarial desde 2010.

Radicada em São Paulo, é membro ativo de associações internacionais como Women's White Collar Defense Association (WWCDA), American Bar Association (ABA) e International Bar Association (IBA), e atualmente ocupa o cargo de Publication's Officer da Área Anticorrupção Comitê (2023/2024).

Ela também realiza trabalho pro bono no Tribunal do Júri de São Paulo desde 2008 e atuou em vários casos raciais e LGBTQIA+. "Estou entusiasmada por me juntar a um escritório tão jovem e moderno, que está em plena expansão e traz uma nova abordagem para o relacionamento com o cliente e sua organização corporativa. Estou ansiosa para trabalhar com essa equipe e ajudar nossos clientes a atingir seus objetivos da forma mais eficiente possível", diz Clarissa.

"Clarissa traz para a mesa uma prática de ponta em crimes de colarinho branco, conformidade e investigações. Acreditamos que, atualmente, a complexidade dos casos exige uma compreensão muito profunda do assunto, dependendo muito menos de questões processuais e muito mais de uma estratégia inteligente e hábil. A Clarissa, além de ser uma advogada altamente qualificada, navega entre as demais áreas do escritório, o que nos traz um grande diferencial e nos coloca na vanguarda dos escritórios do nosso porte", disse Luca Salvoni, sócio sênior e membro do Comitê Administrativo do Cascione Advogados.



NOVIDADE

Trench Rossi Watanabe anuncia novo sócio

Trench Rossi Watanabe, anunciou a contratação de **Eduardo Herszkowicz** como sócio do grupo transacional. O advogado chega para liderar e desenvolver a nova área de fundos de investimento, securitização e asset management, bem como fortalecer o grupo de mercado de capitais, seguindo a estratégia de constante crescimento da prática transacional.

“Estamos extremamente satisfeitos em receber o Eduardo, que começou sua carreira como estagiário da área de M&A no nosso escritório. Sua vasta experiência fortalecerá ainda mais nossas práticas transacionais, proporcionando aos nossos clientes assessoria especializada, de alta qualidade e excelência”, afirma Simone Dias Musa, sócia e membro do Comitê Administrativo do escritório.

Eduardo tem mais de 20 anos de experiência no mercado de capitais, assessorando bancos de investimento, gestoras de recursos, instituições multilaterais e empresas que normalmente captam recursos no mercado, na estruturação de fundos de investimento, realização de ofertas públicas de títulos e valores mobiliários e na análise de questões complexas envolvendo a regulamentação da CVM e ANBIMA. Ele tem atuação destacada em estruturas de securitização de recebíveis, notadamente no mercado financeiro, imobiliário e no agronegócio, bem como em planejamentos patrimoniais e sucessórios por meio de fundos de investimento.

Após iniciar a carreira no Trench Rossi Watanabe, como estagiário de M&A, Eduardo foi foreign associate no escritório Arnold & Porter, em Washington, e em seguida ingressou na área de Mercado de Capitais do Cescon Barrieu, poucos meses após a sua fundação. Foi o sócio responsável pela criação e desenvolvimento da prática de fundos estruturados e securitização no referido escritório. O novo sócio é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestre em Direito (LL.M.) pela University of Chicago Law School.

“A integração de Eduardo à equipe será extremamente estratégica, principalmente nesse momento em que se espera mais movimentações no mercado. Os nossos clientes poderão contar com a experiência única que ele possui em Fundos de Investimento, Securitização e Asset Management. Teremos, com a sua vinda, uma atuação ainda mais singular e diferenciada no mercado jurídico brasileiro”, comenta Daniel Facó, sócio e líder do grupo Transacional do Trench Rossi Watanabe. Com a movimentação, o escritório passa a contar com 55 sócios.



Expert Opinion

Podcast IBL 

The appointment where the most important law professionals will discuss the latest legal trends, tips and tools in the Iberian context

**YOUR SPACE,
YOUR VOICE.**

Expert Opinion



YOUR SPACE, YOUR ARTICLE.

For information:
info@iberianlegalgroup.com

On the web

Aproveitando as oportunidades

Nos últimos meses aconteceram diversas transações importantes que marcaram o mercado jurídico. Em muitas delas foi possível ver a ação de múltiplos escritórios que aproveitaram as oportunidades para mostrar sua expertise.

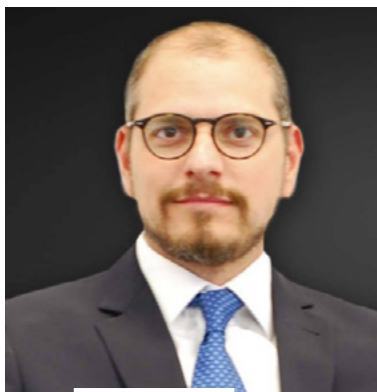
A escolha dos representantes de cada uma das partes nas operações destacadas, valida o peso dessas firmas, reforçando a força e a importância da atuação jurídica brasileira em cada uma das transações.

Diferentes escritórios atuam no processo de privatização da Copel

Stocche Fobes assessorou a Companhia Paranaense de Energia – Copel na oferta pública primária e secundária de suas ações ordinárias (follow-on), no valor, inicialmente, de R\$ 4,5 bilhões, que poderá ser aumentado pelo exercício da opção de lote suplementar para R\$ 5,2 bilhões. Por meio da oferta, o Estado do Paraná reduziu sua participação no capital social da Companhia e a Copel foi transformada em uma sociedade de capital disperso e sem acionista controlador, deixando a Copel não mais sujeita às disposições da Lei Federal nº 13.303 /2016.

Após a conclusão, a Copel poderá renovar a concessão de geração de energia do conjunto de Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) e Governador José Richa (Salto Caxias) há 30 anos.

A estruturação da oferta envolveu a negociação de waivers com diversos credores (incluindo o BNDES) e a criação de uma ação preferencial de classe especial, com poder de veto sobre determinadas matérias e preferência no reembolso de capital em caso de liquidação dos ativos da Companhia.



HENRIQUE FILIZZOLA

A oferta consistiu na segunda maior transação brasileira dessa natureza até o momento, na terceira maior oferta do setor elétrico mundial em 2023 e na primeira privatização de uma empresa estatal brasileira por meio de oferta pública de ações.

Tauil & Checker Advogados em associação com Mayer Brown também assessorou a Companhia Paranaense de Energia (Copel). O escritório desenvolveu toda a modelagem jurídica do processo, realizou a due diligence para avaliação do preço mínimo das ações, além de assessorar o Estado do Paraná como acionista vendedor em determinados aspectos da oferta, com uma combinação de informações financeiras e jurídicas experiência que foi essencial para o sucesso da transação.

Foi a primeira privatização de uma empresa estatal realizada por meio de oferta pública, e a única outra empresa a passar por esse processo (a Eletrobras, na esfera federal) também contou com o apoio do nosso escritório na sua modelagem.



BRUNO SALZANO

O escritório Stocche Forbes contou com os sócios **Henrique Filizzola**, Thadeu Bretas, Fabiano Milani, Alessandra Zequi, Ricardo Freoa, Mariana Saragoça, Rafael Passaro e Luis Guilherme Bondioli; associados Deborah Toledo Florencio, Gabriel Ramalho Medeiros, Gabriel Príncipe, Lucas Ponciano, Victor Arantes Neto, Isis Larissa Gonçalves, Tomas Silveira Fernandes, Maurício Bulcão Fernandes Filho, Victoria Diaz da Silva, Frederico Accon, Flávia Persiano Galvão, Julia Ferreira e Bruno Toscani.

A equipe Tauil & Checker foi liderada pelo sócio **Bruno Salzano**, que contou com o apoio dos sócios Rodolfo Tella, Débora Yanasse, Michel Sancovski, Celso Grisi, Luiz Gustavo Bezerra, Aline Fidelis, Ludmila Braga, Cristiane Manzueto e Fabio Peixinho, conselheiro Gedham Gomes, e associados Julio Barboza, Aline Brayner, Gabriela Jansen, Natália Minotto, Giampaolo Marzulli, Isabella Fraia, Thiago Garcia, Luiza Uebel, Marcelo Ramos Leite, Isabella Zambo, Rodrigo Leal, Flavia Telles e Nubia Bufarah.



RODRIGO JUNQUEIRA

Lefosse assessorou os subscritores nesta transação e contou com os sócios **Rodrigo Junqueira**, Jana Araujo e Eduardo Carvalhaes; advogada Luciana Moutinho e associados Karen Coutinho, Isabella Guimarães, Leonardo Gaspar, Gabriel Prétola, Pedro Lisboa e Lucca Margoni.



PAULO ROCHA



CARLOS VILHENA

Escritórios brasileiros e internacionais assessoram parceria estratégica para a transição energética da Vale

Demarest e Cleary Gottlieb assessoraram a Vale; **Pinheiro Neto Advogados** e **Dorsey e Whitney LLP** assessoraram a Manara Minerals na celebração de um acordo vinculante, uma joint venture entre a Ma'aden, mineradora estatal da Arábia Saudita e o PIF, fundo soberano do mesmo país, sob o qual a Manara Minerals investirá na Vale Base Metals Limited, holding do negócio de metais de transição energética da Vale, a um valor empresarial implícito de US\$ 26 bilhões.

Concomitantemente, o Demarest assessorou a Vale na celebração de um acordo vinculante com a empresa de investimentos Engine No. 1, nos termos do qual a Engine No. 1 fará um investimento de capital na Vale Base Metals Limited sob os mesmos termos econômicos. A contraprestação total a ser paga à Vale Base Metals Limited nos dois contratos é de US\$ 3,4 bilhões, para uma participação acionária de 13%.

O escritório Demarest Advogados contou com os sócios **Paulo Rocha**, Ana Paula Schedel, Bruno Drago, Izabella Reis, Roberto Casarini, Thiago Maia; associados Allan Tasaka, Dora Pimentel Mendes de Almeida, Fabio Tayar, João Godoy, Vinicius Hercos.

Pinheiro Neto Advogados assessorou a Manara Minerals e contou com os sócios **Carlos Vilhena**, Leonardo Rocha e Silva; os associados Marcelo Rodrigues, Marina Bertucci Ferreira, José Rubens Battazza Iasbech, André Torres, Lucas Camargo; associados Lucas Walker, Vitor Machado Fernandes, advogados Manuela Mendes Prata, Meilin Ng Canova, Pietra Elias Negrão Vaz e Alexandre Horn Pureza Oliveira.

Cleary Gottlieb também advogou e contou com os sócios Jeff Lewis e Aaron Meyers, os associados Kim Petrick, Matt Kelleher, Kelsey Nussenfeld, Isa Julson Barahona, Simone Marcon, Yuan He, Tamrin Ballon, Caitlin Hanley, Alix Simnock e Julie Bontems, e a advogada Mina Kim. A equipe de mercado de capitais inclui os sócios Francesca Odell e Juan Giraldez, o advogado sênior Nick Grabar, o advogado Jonathan Mendes de Oliveira e os associados Silvia Fittipaldi, Daniel Oyolu e Olivia Wittels. A equipe de fusões e aquisições do Reino Unido inclui o sócio Nick Rumsby e o associado Philip Herbst. Os sócios Richard Sultman e Bill McRae e os associados Peter North e Victoria Ju estão prestando consultoria em questões tributárias. Os sócios Michael Albano e Julia Petty, a advogada Melissa Reid e a associada Ashley Moss estão prestando consultoria em questões trabalhistas. O sócio Chris Cook, o advogado Steve Kaiser e os associados Basak Arslan e Chloe Hassard estão prestando consultoria em questões antitruste e concorrencial. O sócio Chase Kaniecki, o advogado sênior John Messent e os associados Sam Chang e Pete Young estão prestando consultoria em questões de CFIUS e investimento estrangeiro direto. O advogado sênior Jim Corsiglia está prestando consultoria em questões de compliance. O advogado Beau Sterling e a associada Madison Bush estão prestando consultoria em questões ambientais. O sócio Daniel Ilan e as advogadas Giulia De Bosio e Kimberly Everett prestam consultoria em questões de propriedade intelectual e privacidade.

Dorsey e Whitney LLP também assessoraram a Manara Minerals e contaram com os sócios Marc Kushner (foto à direita), Steven Dalton, Greg Mulley, do advogado Andrew Hamel-Smith; associado Harsha Goel, Matthew Sharp.

LegaltechDay ^{3rd Edition}

IBERIANLAWYER



The event focusing on legaltech trends in the Iberian market

CYBERCRIME AND CYBERLAW: Understanding the Intersection

20 September 2023

09.00 - 13.30

Hotel Urban
Cra de S. Jerónimo, 34,
28014 Madrid, Spain

REGISTER

PARTNERS



SPONSOR



SUPPORTER



For general info: anna.palazzo@iberianlegalgroup.com

#IBLLegaltechday

CYBERCRIME AND CYBERLAW: Understanding the Intersection

PROGRAM

- 09.00 Check-In and Welcome Coffee
- 09.15 Welcome Message
Aldo Scaringella, CEO, *LC Publishing Group*
- 09.20 In-house Keynote Speech
Marilù Capparelli, Director Legal, *Google EU*
- 09.40 Private Practice Lawyer Keynote Speech
Juan Gonzalo Ospina Serrano, Criminal Lawyer, *Ospina Abogados*
- 09.50 **Roundtable I: How is cyberlaw evolving. In-house and private practice lawyers tell the story**

SPEAKERS

- Rubén Cabezas**, Director of the Privacy Office | Data Protection Officer, *Banco Santander*
- Carla de Abreu Lopes**, Head of Legal, *Huawei Portugal*
- Luís Graça Rodrigues**, Regional Head of Legal Department - Europe
Lusophone Africa Minsait, an Indra company
- Lara Reis**, Head of Regulatory Affairs, *novobanco*

MODERATOR

Julia Gil, Journalist, *Iberian Lawyer*

- 11.15 Networking Break
- 11.45 **Roundtable II: Cybercrime?: is it ever ok to blow the whistle?**

SPEAKERS

- Fátima Correia Da Silva**, Chief Compliance Officer, Head of Legal and Data Protection Officer
Critical Techworks
- Murray Grainger**, Country Manager Spain and Portugal, *EQS Group*
- Silvia Madrid**, Head of Legal & Compliance & Data Protection Officer, *UniCredit*
- Cecília Meireles**, Senior Associate and Head of the Lisbon office, *Cerejeira Namora, Marinho Falcão*

MODERATOR

Mercedes Galan, Journalist, *Iberian Lawyer*

- 13.15 Q&A and Closing Remarks
- 13.30 Light Lunch

REGISTER

PARTNERS



SPONSOR



SUPPORTER



BMA, Tauil & Chequer e Skadden prestam consultoria em empréstimo concedido à PetroReconcavo



JANE GOLDMAN NUSBAUM



EDUARDO LIMA

O **BMA** assessorou a PetroReconcavo e suas subsidiárias na obtenção de um empréstimo sindicalizado internacional no valor de US\$ 60 milhões, celebrado com o Itaú Unibanco – Agência Miami, Banco Santander (Brasil), Agência Luxemburgo e Banco do Brasil, Agência Tóquio, que foi assessorado por **Tauil & Chequer Advogados em associação com Mayer Brown** juntamente com a equipe **Mayer Brown** em Nova York, sob aspectos da legislação brasileira e nova-iorquina.

A BMA assessorou a Petroreconcavo e contou com os sócios **Jane Goldman Nusbaum** e Conrado de Castro Stievani; associados Luis Eduardo Al-Contar, Juliana A. Turini e Lucas Rogozyk.

Skadden Arps Slate Meagher & Flom LLP Consultor internacional da PetroReconcavo e contou com os sócios Filipe B Arenó, Alejandro Gonzalez Lazzeri, o advogado Jose Nicolas Perez-Sierra e a associada da América Latina Jenny Ferron. Todos os advogados estão localizados em Nova York, salvo indicação em contrário.

A equipe brasileira da Tauil & Chequer foi liderada pelos sócios **Eduardo Lima**, Priscilla Santos e Rodolfo Tella, com apoio dos associados Theodoro Scott e Beatriz Lavigne. O sócio Doug Doetsch e o advogado Dan Whitmore atuaram para Mayer Brown em Nova York.



GUILHERME FORBES



CARLOS MELLO



BAPTISTA RODRIGUES CRUZ

Vários escritórios auxiliam na aquisição da Marfrig pela Minerva

Stocche Forbes assessorou Minerva ; **Lefosse** e **Linklaters** assessoraram a Marfrig na venda para a Minerva de 16 frigoríficos localizados no Chile, Brasil, Argentina e Uruguai.

A Minerva recebeu um compromisso firme de financiamento do JP Morgan para realizar a transação. **Pinheiro Neto** e **Davis Polk & Wardwell** assessoraram o JP Morgan.

A Marfrig recebeu um adiantamento de BRL 1,5 bilhão na assinatura, com os R\$ 6 bilhões pendentes a serem pagos no fechamento, que está sujeito à verificação de condições precedentes habituais, como aprovações de acionistas e regulatórias.

Stocche Forbes Advogados assessorou o Minerva e contou com os sócios **Guilherme Forbes**, Fabiano Milani, Rafael Andrade ; associados André Penna Bandeira de Mello, Pedro Rocha Ferreira e Thaila Castro Maluf Oliveira.

Lefosse assessorou a Marfrig e contou com os sócios **Carlos Mello**; Leonardo Batista, Zeca Berardo; associados Aline Pardi, Larissa Lunardi, Juliana Sá e Henrique Miguel. Linklaters LLP também assessorou a Marfrig.

Pinheiro Neto assessorou o JP Morgan e contou com o sócio **Leonardo Baptista Rodrigues Cruz** e com o advogado Renato Holsback. Davis Polk & Wardwell LLP também assessorou o JP Morgan e contou com o sócio James Vickers.

Mattos Filho, Pinheiro Neto e outros atuam em oferta pública da Hidrovias



VANESSA FIUSA

Mattos Filho, Skadden Arps, Pinheiro Neto, Simpson Thacher atuaram na oferta pública de distribuição secundária de 130.000.000 ações ordinárias da Hidrovias vendidas pelo Pátria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Sommerville Investments BV.

As ações ordinárias foram oferecidas a determinados investidores institucionais no Brasil, a compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos sob a Regra 144A e a pessoas não norte-americanas com base no Regulamento S.

A Hidrovias é uma das maiores provedoras independentes de logística integrada com foco em serviços de logística hidroviária na América Latina, medida pela receita contratada e capacidade de carga. As ações da Hidrovias são negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 SA – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o símbolo “HBSA3”.

O preço por ação ordinária foi de R\$ 3,40, aprovado após a conclusão do processo de bookbuilding, que totalizou o valor de R\$ 442.000.000,00.



FERNANDO DOS SANTOS ZORZO

Mattos Filho assessorou Hidrovias do Brasil, Pátria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, HBSO Co-Investimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e contou com a sócia **Vanessa Fiusa**, as associadas Juliana Smith de Berredo, Yasmin Karam, Rafaela Zenaro Maron, Luiz Fernando Fessel Levoto.

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP foi consultor internacional da empresa e dos Fundos do Pátria.

Pinheiro Neto Advogados foi advogado brasileiro dos subscritores representados Itau BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital, LLC, Santander US Capital Markets LLC e XP Investments US, e contou com os sócios **Fernando dos Santos Zorzo**, Guilherme Sampaio Monteiro, associado sênior Luiz Felipe Fleury Vaz Guimarães, associados Felipe Morais Assunção, Gabriela Kaneshiro Pereira, assistentes jurídicos Beatriz Pecci Marani e Gabriel Pimentel Tavares Rodrigues.



GRENFEL S. CALHEIROS

Simpson Thacher & Bartlett foi consultor internacional dos subscritores. A equipe da transação incluiu os sócios **Grenfel S. Calheiros** e Jonathan Cantor, os associados Luiz F. Noronha, Raissa Fini, Isabel de Carvalho e Ariela Sznirer; e Scott Grundei.

7th Edition

GoldAwards

●●●●● by Inhousecommunity

The **Gold Awards** by Inhousecommunity
recognise the excellence of in house legal
professionals and teams
in **Spain & Portugal**

SAVE THE DATE

7 November 2023 • Madrid

Wellington Hotel & Spa

C. de Velázquez, 8, 28001 • Madrid

19:30 CHECK-IN

19:45 COCKTAIL

20:30 AWARDS CEREMONY

21:15 STANDING DINNER

To candidate: elia.turco@iberianlegalgroup.com

For more information please visit www.iberianlawyer.com
or email awards@iberianlegalgroup.com



Follow us on



#IBLGoldAwards



Dia do Advogado: agentes da sociedade

Considerada um dos principais pilares da justiça,
a advocacia exige cada vez mais profissionais
comprometidos e dedicados

por amanda medeiros

Dia 11 de agosto foi comemorado o Dia do Advogado, a escolha da data tem um motivo muito significativo: rememora a criação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil: em São Paulo e em Olinda, em 1827. Os dois cursos foram criados simultaneamente por Dom Pedro I, então imperador do Brasil.

No dia em comemoração à data, o presidente nacional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Sydney Limeira Sanches, lembrou que a entidade está há 180 anos contribuindo para a valorização e defesa da profissão. Ele destacou que o IAB sempre reconheceu a advocacia “como a principal ferramenta da sociedade para a proteção da cidadania, dos direitos fundamentais, das liberdades e, por consequência, de sua indispensabilidade à administração do sistema de justiça”. O presidente também parabenizou as advogadas e os advogados “pela dedicação à intermitente luta por justiça e comprometimento

constitucional com a intransigível manutenção do Estado de Direito.”

Sem dúvidas, a advocacia é considerada um dos principais pilares da justiça. Sendo assim, advogar é não apenas uma profissão, mas, um encargo público, já que, embora não seja um agente do Estado, o profissional do Direito compõe um dos elementos da administração democrática do Poder Judiciário, pois ele também exerce a função social, combatendo a injustiça e zelando pela democracia. Sendo assim, exige cada vez mais, profissionais comprometidos e dedicados.

Para falar da importância da advocacia no mundo e dos avanços que foram feitos na profissão ao longo de todos esses anos, o The Latin American Lawyer falou com alguns profissionais. Sabemos que há muito o que se comemorar, mas o Direito ainda reserva muitos desafios para o futuro.

ADVOCACIA ANTES, AGORA E SEMPRE



RICARDO MADRONA

Ricardo Madrona, managing partner do **Madrona Fialho Advogados**, comenta que apesar de todas as mudanças pelas quais a profissão veio passando, para ele a importância da advocacia continua sendo a mesma: “cuidar dos interesses dos clientes de modo a manter uma sociedade ética e respeitadora dos Direitos alheios”, diz.

Na opinião de Madrona, o principal desafio da advocacia é entender e equilibrar os desafios da nova sociedade. Ele defende que o Direito é e sempre será o mesmo, mas com novas perspectivas e preocupações. Sendo assim, no que diz respeito às perspectivas da advocacia para o futuro, declara: “A inovação, aliada aos novos interesses sociais e a visão do que significa o trabalho para a vida das pessoas, acarretará uma mudança para a prática da advocacia, cuja extensão é difícil prever nesse momento.



ANTONIO AMENDOLA

Teremos que ser observadores atentos”.

Antonio Amendola, sócio coordenador da prática de Tributário e Aduaneiro no Dias Carneiro Advogados concorda que a advocacia permanecerá importante para o mundo, tanto dos negócios como das famílias e pessoas, como meio de entendimento, aperfeiçoamento e de solução de conflitos.

Ele destaca que novas tecnologias, ativos e passivos digitais, tokenização, novos meios de pagamento e financiamento, novos combustíveis e energia; novas formas de contratar, de se associar, de trabalho; novas crises, riscos e seguros, dentre tantas outras questões, continuarão demandando atuação dos advogados.

FUTURO E DESAFIOS DA PROFISSÃO

Tecnologia, inovação, digitalização... Os advogados têm acompanhado todas as evoluções e a profissão tem se adaptado à nova sociedade ao longo dos anos de forma geral e para Amendola, as novas formas de viver e se relacionar continuarão exigindo presença de advogados. E, claro, como infelizmente o futuro ainda aponta para um cenário de muitas diferenças, o apoio de advogados na orientação e solução de questões envolvendo vulneráveis e a dignidade humana continuará indispensável. “Ainda que a inteligência artificial possa ajudar na solução de muitas questões, o que certamente resultará na menor necessidade de apoio jurídico, a advocacia ainda será muito relevante, pois acompanha a evolução da humanidade e economia”, enfatiza.




FERNANDO EDUARDO SEREC

Conforme **Fernando Serec**, managing partner do **TozziniFreire Advogados**, os advogados do futuro são aqueles que conseguem se conectar às novas tecnologias, utilizando o melhor que têm à disposição para otimização de recursos, com total atenção às soluções inovadoras e multidisciplinares para oferecer ao cliente uma assessoria jurídica completa, considerando um mundo em constante evolução.

Serec argumenta que os novos profissionais do Direito devem expandir sua presença online, construindo vínculos com clientes e parceiros por meio de conteúdos relevantes, com alto valor agregado, buscando atualização constante de seus estudos e conhecimentos. Ele defende que é assim que trabalham no TozziniFreire. “Entendemos que não basta apenas fazer um trabalho de excelência, é necessário conhecer a nova realidade do mercado e os desafios deste novo mundo que impactam as decisões estratégicas de nossos clientes”.



JULIO NEVES

Para **Julio Neves**, sócio da prática de resolução de disputas do **Lefosse**, o desafio central da advocacia é se manter estrategicamente relevante. Com a automação crescente e I.A., qualquer modelo de negócio alavancado em tarefas repetitivas terá margens diminuídas até se extinguir. “A advocacia que sobrevive, fortalecida, é a dos trusted advisors. Profissionais que conheçam profundamente suas especialidades e o negócio do cliente, com aptidão real para resolver problemas e gerar valor”, elabora. 





INHOUSECOMMUNITY



IBERIANLAWYER



THE
LATINAMERICANLAWYER

LegalDay

5th Edition

IBERIANLAWYER

7 NOVEMBER 2023

9.00-15-45

Hotel Urban

Cra de S. Jerónimo, 34 28014
Madrid, Spain

CONFERENCE REGISTRATION



THE IBERIAN EVENT FOR THE LEGAL BUSINESS COMMUNITY

Partners

AMBAR PARTNERS



Supporter



For information: anna.palazzo@iberianlegalgroup.com

#IBLlegalday

5th Edition
LegalDay
IBERIANLAWYER
7 NOVEMBER 2023
9.00-15.45

- 9:00 CHECK – IN AND WELCOME COFFEE
- 9:15 WELCOME SPEECH
Aldo Scaringella, CEO, *LC Publishing Group*
- 09:30 **ROUNDTABLE I “IN-HOUSE COUNSEL AND AI: HOW IS YOUR TEAM GOING TO LOOK LIKE IN 10 YEARS?”
SPEAKERS***
Francesc Casajuana Cuscò, General Counsel & Executive Committee member, *Danone Iberia*
John Rigau, Vice President & General Counsel, *PepsiCo West Europe*
- 11:15 ☕ COFFEE BREAK
- 11:45 **ROUNDTABLE II “UNLEASHING THE POTENTIAL: AI IN THE HANDS OF GC”
SPEAKERS***
Alexandra Reis, Senior Counsel PT, *Tabaqueira / Philip Morris International*
Javier Ramirez, Vice President & Associate General Counsel Regions Litigation, *HP Inc. | Head of Advocacy, ACC Europe*
Andrea Viale, Global Head of Legal, *Idealista*
- 13:30 🍴 STANDING LUNCH
- 14:30 **ROUNDTABLE III “THE AI IMPACT: REDEFINING PROFESSION AND COMPENSATION”
SPEAKERS***
Fátima Correia Da Silva, Chief Compliance Officer, Head of Legal and Data Protection Officer, *Critical Techworks*
Luís Graça Rodrigues, Regional Head of Legal Department - Europe *Lusophone Africa Minsait*, an *Indra* company
Nicoletta Ravidà, Managing Director Southern Europe, *Taylor Root*
- 15:45 CLOSING REMARKS

*in progress

CONFERENCE REGISTRATION



19:30 **GOLD AWARDS - CELEBRATION GALA****
(The ceremony dedicated to in-house teams and lawyers in Spain and Portugal) **

**By invitation only

For information: amanda.castro@iberianlegalgroup.com

Partners

AMBAR PARTNERS

 **Cerejeira Namora**
Marinho Falcão

 **DILITRUST**

Supporter

 **ACC** Association of
Corporate Counsel
EUROPE

The background features a stylized Brazilian flag with a green and yellow field and a blue globe. The globe has the word 'PROGRESSO' written across it in green. The entire scene is overlaid with a semi-transparent green grid and various numerical data points in white and green, suggesting a financial or technological context.

DREX – O REAL DIGITAL

O real digital, moeda usada para transações eletrônicas vinculada à tecnologia e conexão já tem nome: Drex. Anunciado no dia 7 de agosto de 2023 pelo Banco do Brasil, o nome da moeda digital Drex é abreviação do termo "Digital Real X".

por amanda medeiros

A nova versão do real é regulada, emitida e garantida diretamente pelo Banco Central do Brasil e promete ser uma resposta incisiva dos bancos centrais à atuação dos emissores de criptomoedas, como o Bitcoin e o Ethereum. O projeto está em fases de testes, já com resultados bem-sucedidos. A previsão é que a nova moeda seja lançada até o final de 2024.



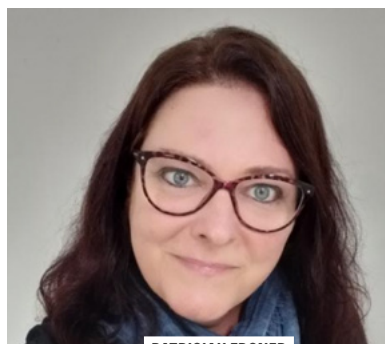
BRUNO ARAUJO

Bruno Araujo, coordenador de controles internos em uma instituição financeira explica que o Drex é o Real (BRL) tokenizado e será emitido pelo Banco Central do Brasil – BACEN e sua finalidade continua a mesma, servirá como meio de troca. Mas como é uma moeda digital, o acesso a ela será feito por meio de carteiras virtuais em bancos e outras instituições financeiras. “O comportamento do brasileiro vem se transformando com o passar dos anos, em que a circulação de papel-moeda vem diminuindo principalmente com a popularização do PIX e até mesmo agências bancárias vem fechando suas portas devido a baixa demanda por atendimento físico, ou seja, as pessoas estão cada vez mais buscando



facilidade e agilidade por meio de canais digitais.”

Larissa Arruy, sócia da área de Bancos e Serviços Financeiros do Mattos Filho, destaca ainda que como moeda digital, o Drex tem a característica de ser programável. Isso significa que a moeda pode ter movimentações automáticas, se verificadas determinadas condições, como, por exemplo, a efetivação de um pagamento uma vez cumpridas determinadas obrigações. Em razão dessa característica, espera-se que venha a ser adotada como meio de pagamento em operações estruturadas e de alto valor, como M&As, e também no pagamento de benefícios sociais. “Dada a facilidade de ser convertida em outras moedas, também se espera um aumento de eficiência e redução de custos em transações cross-border”, grifa..



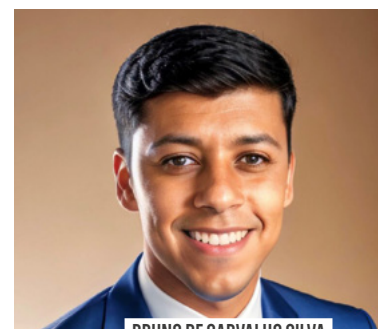
PATRICIAH FRONER

MODERNIDADE E REVOLUÇÃO

A educadora financeira **Patriciah Froner** acrescenta que a proposta do Banco Central ao criar o Drex é modernizar, agilizar e reduzir os custos das transações financeiras, eliminando, por exemplo, a necessidade de registros em cartórios e a dependência de horários bancários, entre outras melhorias. “Atualmente, não é possível efetuar pagamentos de boletos aos sábados ou domingos, sendo necessário agendá-los para o próximo dia útil, que é segunda-feira. Com o Drex, será viável realizar pagamentos durante 24 horas, todos os dias da

semana”, ilustra.

Froner entende que nem todos os brasileiros adotarão a moeda digital imediatamente, da mesma forma que muitas pessoas ainda não estão familiarizadas com o PIX. “Dado o vasto território e a grande população do nosso país, será necessário tempo para que a maioria possa passar pelo processo de inclusão digital e financeira”, pondera. Como educadora financeira, tela diz ter uma certa preocupação em relação a golpes e fraudes, principalmente quando pensa nos idosos e nas pessoas mais humildes que ainda não estão familiarizados com a tecnologia. “A questão importante aqui é como protegê-los”, justifica.



BRUNO DE CARVALHO SILVA

Os representantes do escritório Baptista Luz Advogados, **Luciana Simões Rebello Horta**, sócia de mercado de capitais e fintechs, e **Bruno de Carvalho Silva**, advogado associado da área de mercado de capitais e fintechs, ressaltam também as vantagens do Drex em relação ao dinheiro físico, principalmente quanto a sua facilidade e agilidade, pois não é necessário ir ao banco pessoalmente ou usar dinheiro físico



LUCIANA SIMÕES REBELLO HORTA

nas transações. A moeda digital é segura e rápida, além de ser passível de ser utilizadas em transações internacionais de forma mais barata, pois exclui a necessidade de utilizar vários intermediários desta cadeia. Além disso, eles pontuam que a moeda digital traz liberdade aos usuários, pois eles podem enviar ou receber qualquer valor instantaneamente e de qualquer lugar. “Por fim, talvez a maior vantagem do Drex em relação ao dinheiro físico seja a sua ajuda no combate de fraude e a lavagem de dinheiro, pois todas as transações são registradas e podem ser rastreadas”, destacam.

Os advogados do Baptista Luz comentaram que de modo geral, o mercado viu o Drex com bons olhos, principalmente pelas vantagens e benefícios mencionados. “O que podemos garantir é que a nova moeda digital revolucionará o mercado, trazendo inovação aos produtos financeiros e não-financeiros disponibilizados no país, gerando novos negócios e mais inclusão financeira e digital para a população”.

EXPECTATIVAS

De acordo com **Luiz Rafael Maluf**, sócio responsável pela área de mercado de capitais do CGM Law, a implementação do DREX tem despertado grande interesse e



LUIZ RAFAEL MALUF

expectativa no mercado. Ele destaca que segundo dados do World Economic Forum e do Boston Consulting Group, há uma projeção de que cerca de US\$ 16 trilhões (10% do PIB global) será tokenizado entre

2027 e 2030. O Brasil está entre os 20 países com um projeto em fase piloto de CBDC (Central Bank Digital Currency, ou seja, moedas digitais de bancos centrais, que acaba sendo uma versão tokenizada da moeda oficial do país). Atualmente, 11 países lançaram oficialmente uma moeda digital tipo CBDC, sendo que a China é o maior deles com o Yuan digital (e-CNY). “A introdução do DREX não apenas responde às tendências globais de digitalização financeira, mas também coloca o Brasil em destaque nesse contexto”, afirma.

O sócio do CGM Law, afirma o Banco Central do Brasil criou o DREX para ser mais uma ferramenta voltada a promover a democratização financeira no Brasil através de avanços tecnológicos. A ideia é que a utilização do DREX permita que a população tenha acesso a produtos e serviços tradicionais, como investimentos e financiamentos, com mais segurança, com base em transações registradas em tecnologia blockchain, assim como a possibilidade de utilizar contratos inteligentes (smart contracts) e protocolos de intermediações de compra e venda de produtos e serviços de forma facilitada e inovadora, bem como permitir que, com base na tecnologia disponibilizada, novos tipos de produtos, modelos de negócio e serviços financeiros digitais sejam criados pelos participantes do mercado. “Com isso, espera-se que o DREX não apenas simplifique as transações tradicionais, mas também fomente a democratização financeira e, ao mesmo tempo, crie oportunidades para o desenvolvimento de negócios inovadores”, espera. Maluf define que o ponto-chave da novidade é a busca da democratização do sistema financeiro. Embora as tecnologias subjacentes sejam complexas (como o sistema de blockchain que está por trás da utilização da plataforma), o DREX se destaca por sua acessibilidade universal, garantindo que mesmo

aqueles sem conhecimento técnico possam aproveitar seus benefícios. “A capacidade de usar ativos digitais para novos modelos de negócios, como transações de crédito mais acessíveis, acrescenta um novo nível de possibilidades à transformação financeira que o Banco Central do Brasil busca impulsionar por meio da criação do DREX”.

APOSTA DE SUCESSO

Para o presidente da CVM, **João Pedro Nascimento**, o Brasil assumiu posição de vanguarda em relação



PEDRO NASCIMENTO

às funcionalidades e aplicações das Finanças Descentralizadas e o BC tem feito um excelente trabalho neste sentido. “O sucesso do PIX é inegável e acreditamos que o Real Digital (DREX) seguirá a mesma esteira de inovação e geração de oportunidades”, diz.

Segundo ele, aos olhos do Regulador do Mercado de Capitais, o DREX tem o potencial de endereçar questões relacionadas à criptoeconomia, que trazem possibilidades para o Mercado de Capitais. “O DREX auxiliará a CVM no atingimento de algumas das pretensões que relevamos à sociedade em geral em nosso Parecer de Orientação CVM nº 40/2022, que trata dos criptoativos no mercado de capitais. Também é cabível ressaltar a relação entre o DREX e a programabilidade do dinheiro no âmbito do Mercado de Capitais. A tendência é que o DREX traga uma redução nos custos de transação, facilitando a realização de operações e gerando um Mercado de Capitais mais dinâmico e inclusivo”, acredita. ▣

FINANCECOMMUNITYWEEK

LC PUBLISHING GROUP

13-17

NOVEMBER 2023

MILAN 5th EDITION

THE GLOBAL EVENT FOR THE FINANCE COMMUNITY

FOUR SEASONS HOTEL • VIA GESÙ 6/8 • MILAN

Platinum Partners

CHIOMENTI

GPBL

Legance

VITALE

Gold Partners

AON

SBNP BISCOZZI
NORILI
PIAZZA
Studio Legale Tributario

CARNELUTTI
LAW FIRM

FIVELEX
STUDIO LEGALE E TRIBUTARIO

Linklaters

MEDIOBANCA

Morpurgo e Associati
Studio Legale

Nextalia

PEDERSOLI

Santander
Corporate & Investment Banking

Silver Partners

intrum

STPG
Scouting
Capital Advisors

Sponsor

Accuracy

Supporters

AIFI

Associazione Italiana del Private Equity,
Venture Capital e Private Debt

ANDAF

Associazione Nazionale
Dirigenti Amministrativi e Finanziari

FONDAZIONE DEI DOTTORI COMMERCIALISTI DI MILANO

www.financecommunityweek.com



For information: helene.thierry@lcpublishinggroup.com • +39 02 36727659 • #financecommunityweek



Código de Processo Civil: alteração admite assinaturas eletrônicas



Em julho, a alteração no Código de Processo Civil (CPC) trouxe um capítulo importante sobre as questões de segurança jurídica para as instituições financeiras, fintechs, FIDCs e outras organizações no uso de títulos de crédito. A Nova Lei valida títulos de crédito emitidos e assinados eletronicamente. Assim, fica mais fácil conceder e ceder crédito.

A alteração inseriu o parágrafo 4º, no artigo 784 do Código de Processo Civil, a fim de colocar um ponto final na discussão acerca da validade e eficácia de assinatura eletrônica em instrumentos particulares sendo “admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.” Para entender um pouco mais sobre o assunto, o The Latin American Lawyer falou com os advogados **Marc Stalder**, sócio da área Imobiliária do **Demarest**; **Vanessa Pareja Lerner**, que lidera a prática de tecnologia e proteção de dados no **Dias Carneiro Advogados** e **Lúcio Feijó Lopes** sócio sênior do **Feijó Lopes Advogados**. Eles esclareceram dúvidas em três pontos de atenção sobre a nova legislação, confira:

The Latin American Lawyer: Qual principal objetivo do Marco Legal de assinatura digital?

Marc Stalder: O objetivo é ser o alicerce legal a suportar as assinaturas digitais e, tão importante quanto estabelecer os mecanismos que deem segurança para as assinaturas digitais, seu principal objetivo é dar validade e eficácia para as assinaturas eletrônicas nas relações entre particulares e nas relações entre particulares e órgãos públicos. Nesse segundo grupo de relações há especial atenção, considerando que é perante o poder público, pelos tabelionatos de notas e pelas juntas comerciais, por exemplo, que muitos negócios devem transitar para que tenham validade. Desse modo, as normas legais a respeito estabelecem os mecanismos a serem observados e as regras para que as assinaturas digitais tenham validade, permitindo que diferentes plataformas, públicas e privadas, possam prestar esse tipo de serviço ao usuário. Vale lembrar que no que se refere às assinaturas eletrônicas, essa talvez tenha sido a iniciativa que foi acelerada mais fortemente por conta da pandemia e que gerou efeitos mais duradouros, permanentes, por tratar do aspecto da representação das partes, fundamental para que muitas formas eletrônicas de negócios evoluam.

Vanessa Pareja Lerner: O objetivo da Lei 14.620/2023, que introduziu o §4º no art. 784 do Código de Processo Civil, é normatizar um entendimento que já vinha paulatinamente se consolidando na jurisprudência brasileira:



MARC STALDER



VANESSA PAREJA LERNER

que contratos firmados com assinaturas eletrônicas podem constituir um título executivo extrajudicial. Ainda, que poderá haver a dispensa do uso da assinatura de duas testemunhas, quando for possível aferir integridade por meio de um provedor de assinatura.

Lúcio Feijó Lopes: A nova Lei 14.620 adicionou o §4º ao art. 784 do CPC para prever que títulos executivos extrajudiciais, como CCBs, Notas Promissórias, Confissões de Dívida, entre outros, podem ser “constituídos ou atestados por meio eletrônico”, sendo “admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando

sua integridade for conferida por provedor de assinatura.”

Quem se beneficia da possibilidade de emitir e assinar eletronicamente títulos executivos extrajudiciais?

Marc Stalder: O benefício me parece ser para todos os cidadãos, para a economia do país de maneira bem abrangente. Isso porque regras claras para assinaturas eletrônicas reduzem a burocracia e atualizam o sistema jurídico para mais esse novo fenômeno social. Toda iniciativa voltada para a redução da burocracia deve ser aplaudida e é sempre muito bem-vinda. Quer para a redução dos prazos envolvidos na liturgia de num negócio, quer para a redução dos custos ou dos atos para que o negócio seja concluído. Um bom exemplo desse aspecto se explica na dificuldade que muitos estrangeiros têm em entender a necessidade de reconhecimento de firmas em determinados contratos no Brasil. O pedido de que alguém compareça na presença de um tabelião para que esse ateste que aquela assinatura é a daquela pessoa é recorrentemente tido como ofensivo, prática de quem subestima a capacidade das partes e a sua responsabilidade e boa-fé. Em certa medida, as assinaturas eletrônicas afastam essa questão, pois qualquer um pode assinar eletronicamente e, para aqueles atos que se requer assinatura qualificada, certificada conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), há, inclusive, a possibilidade de obtenção do correspondente



Marc Stalder é sócio da área imobiliária do Demarest desde dezembro de 2019, mestre em Direito Imobiliário pela Universidade de Illinois, na John Marshall Law School de Chicago, possui especializações em Direito Registral Imobiliário pela PUC-MG e em Direito Empresarial pela FMU, além de bacharelado em Direito pela FMU.

Marc tem mais de 15 anos de experiência na estruturação de diversos tipos de empreendimentos imobiliários, regularização de imóveis rurais e urbanos e negociações de contratos complexos. Atuou na negociação e no desenvolvimento de mais de 100 empreendimentos imobiliários e coordenou equipes multidisciplinares responsáveis pela regularização de mais de 1,4 milhão de hectares de terras agrícolas. É também professor de cursos de curta

duração e de especialização relacionados a contratos imobiliários, contencioso imobiliário, Direito Notarial e Registral.

Marc também é: diretor técnico e de Conteúdo da Academia Nacional de Direito Notarial e Registral; membro da Comissão de Negócios Imobiliários do IBRADIM (Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário) e membro da MDDI, Mesa de Debates de Direito Imobiliário.



LÚCIO FEIJÓ LOPES

certificado remota e gratuitamente.

Vanessa Pareja Lerner: A alteração beneficia todas as empresas que têm operação ou que fazem negócios no Brasil, na medida em que facilita a realização de negócios no país. Ao conferir maior segurança jurídica ao uso de assinaturas eletrônicas, acaba-se por reconhecer uma realidade que se consolidou durante a pandemia: o uso de assinaturas eletrônicas para facilitar a realização de negócios no país.

Lucio Feijó: A inovação legal no Código de Processo Civil dá maior segurança jurídica às operações de crédito no Brasil, beneficiando instituições financeiras, fintechs, FIDCs e outras organizações que usam títulos executivos, como títulos de crédito e outros contratos, emitidos e assinados eletronicamente para conceder e ceder crédito. A inovação no Código de Processo Civil trará maior segurança jurídica às operações de crédito estruturadas eletronicamente, beneficiando financiadores e tomadores, destaca o advogado.

Com a adição do §4º ao art. 784 do CPC, títulos executivos extrajudiciais, como títulos de crédito (CCBs, Notas Promissórias, Notas Comerciais, etc.) e títulos executivos como Confissões de Dívida, Contratos de Mútuo, poderão ser emitidos e assinados eletronicamente por meio de plataformas credenciadas ou não na ICP Brasil. Esta inovação legal elimina o risco jurídico de discussões judiciais que estavam ocorrendo onde devedores questionavam a eficácia executiva de documento assinado eletronicamente sem que a entidade certificadora fosse credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

Vanessa Pareja Lerner tem mais de 15 anos de experiência de atuação em propriedade intelectual, licenciamento, tecnologia, proteção de dados e contratos em importantes escritórios de advocacia. Ela lidera a prática de tecnologia e proteção de dados no Dias Carneiro Advogados, onde assessora extensivamente start-ups e empresas de tecnologia em diferentes transações de dia-a-dia e estratégicas. Já auxiliou diversas empresas nacionais e estrangeiras no desafio de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Além disso, ela também lidera a prática de videogames e eSports no Dias Carneiro Advogados, onde tem trabalhado em estreita colaboração com grandes empresas de jogos que buscam estabelecer e escalar operações no Brasil. Ela tem ampla experiência no mercado, havendo assessorado clientes em uma variedade de contratos setoriais, em questões regulatórias e operações do dia-a-dia e de desenvolvimento de novos jogos e produtos. Ela atuou na estruturação de campeonatos de eSports e na organização da primeira franchise de eSports do Brasil.

Vanessa tem certificação de DPO Profissional do European Centre on Privacy and Cybersecurity, Master in Law (LL.M) in Law, Science & Technology, Stanford University (EUA), Especialização em Propriedade Intelectual, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/GVLaw), graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É associada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), Video Game Bar Association (VGBA), International Association of Privacy Professionals (IAPP).






Como tem sido a aceitação em relação à validação e segurança desse tipo de assinatura?

Marc Stalder: Via de regra, quando observadas as normas legais a respeito, não há qualquer problema de aceitação das assinaturas por órgãos públicos. Um ou outro evento gerado por falta de qualificação ou de informação do agente público ainda são vistos, mas eles tendem a desaparecer. Entre as partes contratantes, a adesão ao sistema eletrônico de assinaturas tem sido muito grande, mas com algumas exceções por causa do negócio em si ou em razão das pessoas envolvidas. Não é rara a opção pela assinatura física e presencial, quando possível,

a permitir a conversa pessoal e o aperto de mão, muitas vezes fundamental para o alcance do consenso para o fechamento de um negócio.

Vanessa Pareja Lerner: A jurisprudência predominante entendia que somente Assinaturas Eletrônicas Qualificadas (ICP-Brasil) seriam capazes de garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica aos documentos assinados por meio eletrônico, assegurando força executiva a eles. Em 2018, um julgado do Superior Tribunal de Justiça sustentou que quando houver o uso de Assinaturas Eletrônicas Qualificadas, seria possível dispensar a assinatura de duas testemunhas, requisito que é considerado essencial para constituição de títulos executivos extrajudiciais. Na análise do Tribunal, “fazem as vezes das testemunhas a certificação pelo ICP”, na medida que podem conferir a integridade do documento.

Essa decisão, no entanto, não é vinculante, sendo assim os debates permaneciam ativos no judiciário. Com relação ao uso das outras assinaturas eletrônicas, existiam julgados mais esparsos no sentido de que assinaturas que utilizam certificados não emitidos pela ICP-Brasil seriam suficientes para garantir a executividade do contrato. Esse posicionamento deverá ser revisto com a alteração introduzida no Código de Processo Civil. 



Lucio Feijó Lopes é sócio sênior do Feijó Lopes Advogados. Trabalhou como advogado estrangeiro no escritório de advocacia americano Shearman & Sterling LLP, escritórios de Nova York e São Paulo, nas áreas de Project Development & Finance e Mercado de Capitais.

É membro do Conselho de Administração da Association of Trade and Forfeiting in the Americas (ATFA). É palestrante em diversas conferências internacionais nas áreas financeira, bancária, de investimentos no Brasil e comercial, e é professor convidado em cursos de pós-graduação no Brasil e exterior.

Lopes é Mestre (LL.M.) em Direito Financeiro Internacional, Universidade de Boston, Estados Unidos da América, participou do Programa em Captação de Recursos e Investment Banking Process, Universidade de Harvard, Estados Unidos da América, Programa Negotiation for Senior Executives, Universidade de Harvard, Estados Unidos da América.

É autor de artigos sobre Fundos de Investimentos publicados nos livros “Business Transactions with Brazil”, Ed. Juris Publishing (2008) e “O Novo Direito Imobiliário e Registral”, ed. Quartier Latin, 2007, assim como de artigos de opinião e entrevistas nos principais jornais e revistas nacionais e internacionais.



LEGAL COMMUNITY MENA

AWARDS

The event celebrating in-house & private practice lawyers
in the Middle-East and North African markets

SAVE THE DATE

23 NOVEMBER 2023

CAIRO - From 18.15

HILTON CAIRO HELIOPOLIS HOTEL

Salah Salem Street (Uruba Street)
Heliopolis Cairo | EGYPT

#LcMenaAwards 
www.legalcommunityMENA.com

To candidate: amr.reda@lcpublishinggroup.com
For information: ilaria.guzzi@lcpublishinggroup.com



RAFAEL FREITAS MACHADO

InLaw Alliance

Contratos Empresariais, segurança jurídica e métodos de solução de conflitos à luz do direito brasileiro.

Os contratos empresariais constituem pilares fundamentais para o funcionamento da economia, oferecendo a segurança necessária para conduzir suas atividades de forma estável e previsível aos agentes econômicos. O presente artigo tem por objetivo destacar a importância desses contratos para a segurança jurídica no ambiente empresarial brasileiro, bem como explorar os diferentes métodos de resolução de conflitos disponíveis (negociação, mediação, arbitragem e Dispute Review Board) para dirimir eventuais litígios, segundo o sistema jurídico brasileiro.

Os chamados “contratos empresariais” possuem uma variedade considerável no Brasil. O Código Civil Brasileiro regular os contratos no país e estabelece princípios gerais, como autonomia da vontade, a boa-fé, a função social e a força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*). Além disso, o mencionado Código determina os mais variados tipos de contratos “típicos”, tais como, contrato de compra e venda, prestação de serviços, parceria, licenciamento, confidencialidade (NDA), joint venture, dentre outros. Cada tipo de contrato possui requisitos e regulamentações específicas.

Dentre outras finalidades, a principal finalidade dos contratos empresariais é assegurar direitos e deveres entre os envolvidos em determinado tempo-espaço, de modo a gerar a denominada segurança jurídica ou a confiabilidade de que o negócio jurídico será executado do início ao término.

Entretanto, em muitas circunstâncias e por várias razões fáticas, econômicas, políticas e jurídicas, a referida segurança jurídica não é integralmente efetivada (ou alcançada). Neste contexto é que surge o papel da judicialização (método heterocompositivo estatal) e/ou os Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASC).

O que se busca com a aplicação ou invocação do Estado-Juiz ou de um Método Adequado de Solução do Conflito (negociação, mediação,

conciliação, arbitragem ou o DRB) é um processo, um conjunto de atos, uma resposta, sobretudo, uma solução para o conflito, para a controvérsia ou para a lide. Com isso, de alguma forma, intenta-se reestabelecer a convivência social e negocial entre os envolvidos.


A busca pela solução via judicialização de determinado conflito perante o sistema judiciário brasileiro, em muitos casos, pode ser demorada, onerosa e genérica, especialmente pela quantidade de instâncias, pela carência de especialização dos magistrados, bem como pelos custos (taxas, honorários etc.).

A Dispute Board é amplamente utilizada em projetos de construção complexos e de longo prazo, como rodovias, represas, pontes e instalações industriais, para evitar que disputas afetem adversamente o andamento do projeto. Trata-se de mecanismo dependente da cooperação das partes envolvidas e do respeito às decisões do painel.

A depender da natureza, das peculiaridades e do contexto da controvérsia, em muitos casos como a negociação, a conciliação e a mediação, o que se tem é uma verdadeira “construção” da solução pelas partes, com o retorno ao status quo ante de estabilidade de emoções. Essa abordagem é especialmente útil em contratos empresariais, pois preserva o relacionamento comercial entre as partes, ao mesmo tempo em que resolve as divergências.

O Brasil promove a conciliação e a mediação como métodos “alternativos” de solução de conflitos. Após a criação Conselho Nacional de Justiça, em criado 2004 (Emenda Constitucional nº 45), o país realiza e incentiva em todo o território nacional a criação de centros de mediação e conciliação para resolver disputas de forma mais eficiente. Trata-se de medidas implementadas pelo Estado brasileiro que, sinceramente, alcançam de forma eficaz, principalmente as demandas de conflitos em demandas consumeristas e de menor valor econômico.

Sobre Rafael Freitas Machado

sócio-fundador do Machado, Leite & Bueno Advogados, escritório membro da Inlaw Alliance no Brasil. Advogado responsável pela área de Contratos e Soluções de Conflitos e Coordenador Regional do Comitê Brasileiro de Arbitragem – Cbar. 

Além disso, como mais um “instrumento” à disposição da sociedade brasileira para resolução de seus conflitos, notadamente os de índole empresarial, tem-se a arbitragem. A Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96) é um marco regulatório que fomentou a arbitragem no Brasil.

De 1996 (data de implementação da Lei de Arbitragem Brasileira) até 2001 (julgamento do leading case pelo Supremo Tribunal Federal em que foi declarada constitucional a referida Lei), foi um período de insegurança jurídica, pois, não se sabia se de fato, o instituto da arbitragem, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, seria válido juridicamente.

Após a declaração de constitucionalidade, os usuários da arbitragem - ainda sem muito conhecimento e com certa “timidez” – implementaram em alguns contratos empresariais a cláusula arbitral ou aguardaram o desenrolar dos negócios jurídicos para a assinatura do compromisso arbitral.

Com o exercício jurisdicional por parte do Superior Tribunal de Justiça, tribunal responsável pela interpretação de matéria infraconstitucional (Lei nº 9.307/96), bem como Corte competente para julgar o reconhecimento (ou não) e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras, a arbitragem se consolidou no Brasil.

Em 2015, foi promulgada a Lei 13.129/2015, a chamada Reforma da Lei de Arbitragem que, em síntese, tratou sobre o aprimoramento dos procedimentos, a ampliação das matérias arbitráveis, a possibilidade do uso da arbitragem por entes públicos, regras de confidencialidade, mecanismos de controle e recurso, questões de urgência, dentre outros.


Nos contratos empresariais, as partes podem estabelecer cláusulas de arbitragem para

submeter eventuais disputas a um tribunal privado e especializado. A arbitragem oferece vantagens, como maior celeridade, sigilo, flexibilidade procedimental e a possibilidade de escolher árbitros especializados no tema em questão.

Neste ponto, há uma característica relevantíssima que envolve os contratos empresariais e a arbitragem: o sigilo/confidencialidade. Isto porque, na maioria dos casos, os contratos empresariais possuem cláusulas de confidencialidade que exigem que as partes e seus funcionários mantenham sigilo de informações específicas relacionadas ao contrato, podendo incluir segredos comerciais, estratégia de negócios e informações financeiras. Uma das principais vantagens da arbitragem é a sua confidencialidade que, em regra, alcança as audiências, os documentos e as decisões, ou seja, o processo arbitral - ao contrário do judicial - não envolve a publicidade.

Diante dessa singela abordagem impõe-se o problema: qual o melhor ou mais eficaz método de solução de conflito, segundo o ordenamento jurídico brasileiro para os contratos empresariais?

Depende. A escolha entre os métodos está condicionada à complexidade da disputa, dos interesses das partes, da urgência da resolução e de outras considerações específicas do contrato e do negócio em questão.

Por fim, o Direito Brasileiro oferece um arcabouço legal sólido e diversificado para a elaboração de contratos empresariais seguros e eficazes, ao mesmo tempo em que possibilita alternativas eficientes “sistema multiportas” (o processo judicial, a conciliação, a mediação, a Dispute Board, a negociação e a arbitragem) para a solução de conflitos garantindo a estabilidade e a continuidade das atividades empresariais no país. 



IBERIANLAWYER
AWARDS

11th Edition

Forty40

UNDER

The event aiming to honor private practice lawyers under the age of 40 across **Spain** and **Portugal**

SAVE THE DATE

17 October 2023 • Madrid

Wellington Hotel & Spa

C. de Velázquez, 8, 28001 • Madrid

19:30 CHECK-IN

19:45 COCKTAIL

20:30 AWARDS CEREMONY

21:15 STANDING DINNER

For more information please visit www.iberianlawyer.com
or email awards@iberianlegalgroup.com



Follow us on



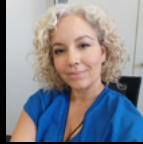
#IBLFortyUnder40



Marta Almeida
 Human Resources Manager
Sika Portugal



Marta Almeida Afonso
 General Counsel, *REN*



Ana Rita Andrade
 Head of Legal Services
Nestlé Portugal



Andrés Blázquez García
 Head of Legal Europe Procurement and Director Legal/Head of Legal
CEVA Logistics IBERIA
(Spain, Portugal and Morocco)



Alexandre Caldas
 Partner
Gamma Capital



Jaime Cano Artero
 Partner,
Alantra Private Debt



Cristina Castro Vela
 Head of Commercial and Real Estate Legal Department
AENA



Isabel Charráz
 Country Legal Counsel Portugal & Greece, Cyprus and Malta, *Citibank*



Pedro Correia
 Head of Legal
Grupo Lusíadas Saúde



Fátima Correia da Silva
 Chief Compliance Officer, General Counsel and DPO of Critical TechWorks
BMW Group



Fernando de Castro de Miguel
 Member of the Investment Committee, *Claimbnb*



Alicia de Miguel
 Head of Legal
Prosegur Cash



Maria João Faísca
 Head of Legal
Impresa Group



Lluís Farrés Juste
 Director AJ Concursal y Reestructuraciones
CaixaBank



Isabel Fernandes
 General Counsel
Grupo Visabeira S.A.



Mariana Figueiredo
 Legal Counsel & Public Affairs for Southern Europe
Eurowind Energy



Mercedes Fontsaré Roura
 Senior Legal Counsel – CIB & International Banking
CaixaBank



Juan María Gárate Pérez
 Legal Counsel
Axión



Manuel Luís Gonçalves
 General Counsel
Grupo Casais



Alberto González Gómez
 Head of Labour Law
DIGI



Manuel Jiménez-Quirós Gómez
 Head of Legal
GROUP ABEI ENERGY



Carlos López Martín De Blas
 CLO – General Secretary
Secuoya



Daniel López Rodríguez
 Head of Corporate Legal
VidaCaixa



Carlo Magnoni
 Head of Capital Markets
Casafari



Miguel Martín-Calama
 Senior Legal Advisor
Pictet Alternative Advisors



Joana Mendes
 Responsible for Human Resources
Luis Vitaliano & Luis



Filipa Menezes de Alarcão
 Managing Director
Horizon Equity Partners



Carlos Menor Gómez
 Legal Director & Compliance Officer
Renault Iberia



Fernando Montenegro
 CEO
EUROSISTRA PORTUGAL



Paula Moreira de Jesus
 Labour Litigation and Discipline Manager
TAP Air Portugal



Joana Mota Rego
 Head of Compliance
xMoney



Carolina Mouraz
 Head of Litigation and Legal Compliance
TAP Air Portugal



Jorge Muñoz Fuentes
 General Counsel & Compliance Officer Spain
Gilead Sciences



Teresa Palacios Blasco
 Vicesecretary of the Board of Directors and Head of the Corporate Legal Department
Sareb



Natalia Palomar Liceras
 Senior Leader Counsel for Southern Europe
SSE Renewables



Hanna Park
 HR Ops Specialist
Appian



Catarina Penetra
 Senior Investment Manager
Horizon Equity Partners



Elisabeta Pérez-Ardá Precioso
 Legal Counsel,
Cofares



Leonor Pimenta Pissarra
 Country Chief Legal Officer
Novartis Farma



Juan Piquer Altarriba
 Head of Legal & Compliance
IVI RMA Group



João Pitai
 Senior Vice President
Round Hill Capital



Javier Ramírez Iglesias
 Vice President and AGC Regions Litigation, *HP Inc.*
 Head of Advocacy, *ACC Europe*



Jorge Rodríguez Lopategui
 Legal Counsel
Philip Morris Spaina



Ana Maria Rueff
 Legal Direction Litigation
E-REDES



Javier Ruz
 Legal Counsel, *Grupo Sanjose*



Francisco Sebastian
 Head of Legal Affairs
ANA – Aeroportos de Portugal



Rui Tabarra e Castro
 Head of Litigation
Novo Banco



Diego Trillo Ruiz
 Legal Services and Corporate Affairs General Manager
Enagas



Natália Veiga Rebelo
 Country Legal Manager
IKEA Portugal
 Board Member
INGKA Centres



Andrea Viale
 Global Head of Legal
Idealista



Manuel Zapata
 Responsible for Legal M&A and Financing Transactions
Roadis



IA generativa no setor jurídico

O início de uma nova era

por Mercedes Galán

“Estamos vivendo uma era extremamente desafiadora que transformará a profissão jurídica e a forma como praticamos e servimos como nunca antes.”

Ao contrário da IA tradicional, que se concentra na classificação e previsão de padrões, o IAG é um novo ramo capaz de criar conteúdo original em vários formatos, como texto, imagem, vídeo ou até música. A Inteligência Artificial Gerativa (Generative AI) refere-se àqueles sistemas capazes de gerar novos conteúdos de qualidade a partir de dados existentes. Essa tecnologia incipiente está tendo um grande impacto no mundo jurídico, mas a falta de regulamentação específica, aliada ao desafio de aprender a usá-la eticamente, revela certa relutância diante desse novo paradigma. Na Iberian Lawyer conversamos com Eugenia Navarro, sócia da LOIS e diretora do programa Legaltech INON da Esade Executive Education em conjunto com o MIT Professional Education.

Em novembro de 2022, a criação do GPT Chat, baseado em inteligência artificial generativa, foi anunciada pela primeira vez para uso por qualquer pessoa que tenha uma conta de IA aberta. Em março de 2023, foi lançado o Bard do Google, o bot do Google que demorou a chegar à Europa devido à rígida legislação da UE em relação à privacidade.

Tudo parece indicar que estamos diante de uma nova era do setor. Que impacto você acha que o IAG terá no campo jurídico?

O avanço imparável desta tecnologia terá um grande impacto na forma como encontramos informação, mas também na forma como a criamos, porque podemos partir de dados, milhões de dados ou mesmo toda a informação que existe na rede. Esse tipo de inteligência tem alto potencial para afetar significativamente o setor jurídico, mudando a profissão com novos modelos, empoderamento do comprador de serviços e gerando uma nova forma de exercício. Exercer a advocacia não é mais o mesmo que prestar serviços jurídicos, o que é uma grande mudança de paradigma.

Quais utilidades você destacaria de sua utilização no campo jurídico atual?

Hoje, esse tipo de inteligência artificial pode auxiliar a pesquisa jurídica por ser mais rápida e eficaz, gerar assessoria automatizada para processos repetitivos, gerar documentos jurídicos, tradução especializada, análise de casos jurídicos complexos auxiliando na tomada de decisão pela facilidade de analisar diferentes cenários com diferentes consequências e medidas de risco. Não podemos esquecer que esta última ajudará muito a formar os nossos jovens advogados e, talvez, a novas formas de aprendizagem.

Em relação à precisão e qualidade dos documentos gerados pelo IAG há muitas vozes críticas. Como você acha que essas preocupações devem ser abordadas para garantir que os resultados sejam confiáveis e adequados?

Deve-se dizer que tudo o que reluz não é ouro, em algumas empresas o uso de CHAT GPT ou Bard já foi proibido, e é muito tentador redigir um processo ou qualquer outro documento

“Um advogado que não souber lidar não só com o IAG, mas com a tecnologia, não será um advogado competitivo no futuro e não será capaz de prestar um serviço eficiente aos seus clientes.”

legal, sem muito esforço. Ainda há um alto potencial de melhoria, especialmente em documentos legais e precedentes (lembrese do caso de do advogado americano Steven Schwartz, que entrou com uma ação com invenções de precedentes por parte da ChatGPT). O uso indiscriminado de informações não estruturadas leva a erros graves. Por essa razão, algumas empresas usam o IAG, mas em ambientes limitados a seus próprios documentos, como no caso de Harvey de Allen e Overy.

Alguns escritórios de advocacia estão trabalhando em protocolos para detectar as chamadas "alucinações", ou seja, quando o sistema gera respostas convincentes, mas inventadas. Você acha que essa prática vai acabar sendo necessária e difundida em escritórios e departamentos de advocacia empresarial?

Sim, essas alucinações geraram alguns problemas que foram tornados públicos e aumentaram a relutância em usar essas ferramentas. Penso que é apenas uma questão de tempo até que sejam corrigidos. É surpreendente os níveis de resposta e interação, acho que as

melhorias virão exponencialmente. O importante será fazer bem as perguntas com muitos detalhes. Hoje em dia, o uso de CHATGPT ou Brad são proibidos uma vez que essas "alucinações" não podem ocorrer, as medidas devem garantir que isso não ocorra, hoje é alcançado com o uso limitado e estruturado dos documentos e informações que são utilizados.

Isso claramente economiza tempo e minimiza o erro humano. Como o senhor vê a relação entre o IAG e os advogados? É uma colaboração ou uma competição?

Não tenho dúvidas, a colaboração é necessária. A profissão jurídica deve concentrar-se onde acrescenta valor, quer no aconselhamento, no modelo de prestação de serviços quer nos aspetos mais humanos da profissão, como as negociações ou a gestão das emoções. Os advogados serão mais competentes, mais rápidos, tomarão decisões mais informadas e serão capazes de avaliar riscos de diferentes cenários.

Apesar dos benefícios óbvios, há também desafios e considerações éticas associadas à aplicação da AGI na lei.

Quais você destacaria?

Acredito que a ética é o grande desafio, evitar preconceitos, pré-julgar as pessoas com base em seus padrões, respeitar a privacidade e, acima de tudo, continuar questionando os resultados com base no senso comum e nos valores humanos. Apesar das dificuldades, não podemos nos iludir, estamos trilhando uma jornada que mudará o setor jurídico, com as respectivas prevenções de privacidade, ética e rigor. E embora a interpretação da lei e das emoções sejam e serão humanas, devemos reconhecer que vivemos uma era extremamente desafiadora que transformará a profissão jurídica e a forma de praticar e prestar serviços como nunca antes.

Para profissionais do direito que possam se sentir inseguros em adotar o AGI. Que conselhos pode dar-lhes para se

adaptarem e tirarem o máximo partido desta tecnologia?

Acho que o primeiro conselho é não falar de boatos, experimentar, brincar com eles e valorizá-los. O advogado artesão não é a melhor opção de acordo com quais temas, é preciso se basear em dados, padrões, precedentes... e o IAG pode revisar milhões de documentos e fornecer informações para que melhores decisões possam ser tomadas com mais dados, não para que sejam adotadas como estão. A prevenção deve existir sempre, mas é preciso entender como ela pode ajudar a todos em seu campo.

Meu segundo conselho é ser treinado, há



muita informação, cursos e programas no mercado. Um advogado que não souber lidar não só com o IAG, mas com a tecnologia não será um advogado competitivo no futuro e não será capaz de prestar um serviço eficiente aos seus clientes. Advocacia e tecnologia andam de mãos dadas para sempre e isso implica que você tem que entender essa simbiose.

Como você acha que seu uso na área jurídica evoluirá nos próximos anos? Você acha que o uso do IAG permitirá que os advogados se concentrem mais em questões estratégicas?

O impacto do IAG vai mudar muita coisa no setor jurídico sem volta atrás. Por um lado, teremos uma profissão jurídica muito segmentada, muito mais rica, muito especializada dependendo do tipo de trabalho realizado: padronizado ou singular e complexo. Teremos maior acesso à justiça, com um empoderamento do comprador de serviços jurídicos em uma sociedade com maior cultura jurídica por parte dos cidadãos. Continuarão a existir advogados muito especializados para questões complexas que podem estar tanto nos modelos tradicionais como nos novos modelos de trabalho. O que será necessário é definir uma estratégia competitiva e decidir com que modelo e para que tipo de clientes e serviços pretende competir neste mercado cada vez mais profissional e especializado.

Os advogados internos, é claro, terão mais tempo para se dedicar a questões estratégicas e complexas, tornando-se gestores-chave nas empresas. O impacto desse tipo de tecnologia nos departamentos jurídicos internos será fundamental e reestruturará a forma como eles assessoram e contratam seus prestadores jurídicos. Assim, teremos diferentes tipos de talentos, carreiras e salários para cada tipo de modelo. O importante é se preparar, treinar e entender qual será o impacto na forma como cada um atua como advogado. ■



LEGALCOMMUNITYWEEK

LC PUBLISHING GROUP

10-14

JUNE 2024

MILAN 8th EDITION

THE GLOBAL EVENT FOR THE LEGAL BUSINESS COMMUNITY

SAVE THE DATE

Platinum Partner



Gold Partners



Media Partners



www.legalcommunityweek.com





MAG

**THE LATIN
AMERICAN
LAWYER**



NUMERO 33	18 Septiembre 2023	ESP
--------------	-----------------------	-----

santiago

2023

SANTIAGO 2023

La relevancia del trabajo jurídico detrás de los Juegos Panamericanos

On the Move

PANAMÁ

Lovill promueve a dos nuevos socios



ALEJANDRO FUNG



JEANNETTE BRAVO

La firma panameña Lovill ha anunciado la promoción de **Alejandro Fung** y **Jeannette Bravo**, anteriormente asociados sénior, como nuevos socios de la firma.

Jeannette cuenta con amplia experiencia representando y asesorando a empresas multinacionales y con presencia regional en asuntos de derecho laboral, migratorio, administrativo, público y corporativo, así como en propiedad industrial y contratación pública. Licenciada en Derecho y Ciencias Políticas por la Universidad Católica Santa María La Antigua (USMA), Maestría en Relaciones Internacionales: Economía, Derecho y Política de la Universidad Pontificia de Comillas (ICADE), Magister Cum Laude en Derecho Procesal de la USMA, especialización en Derecho Laboral de la Universidad Latina de Panamá y Maestría en Derecho Laboral de la USMA. Anteriormente trabajó en Fábrega Molino & Mulino.

Alejandro ha brindado asesoría legal a empresas internacionales y locales, family offices y clientes privados en temas corporativos, fusiones y adquisiciones, inmobiliarios, tributarios y patrimonios privados por más de una década. Obtuvo su Licenciatura en Derecho y Ciencias Políticas por la Universidad Latina de Panamá, así como un LL.M. por la Universidad de Edimburgo. Pevio a su incorporación también se desempeñó como asociado en las firmas Anzola Robles & Associates, y De Castro & Robles.



FERNANDO AUED

PANAMÁ

ARIFA incorpora a Fernando Aued como nuevo socio

Arias Fábrega & Fábrega ha anunciado la incorporación de **Fernando Aued** como nuevo socio para reforzar las áreas de práctica de Litigios y Regulación.

Fernando es un litigante y especialista en arbitraje, con más de 20 años de experiencia en la resolución de conflictos comerciales, civiles, administrativos y marítimos, a menudo con complejos componentes internacionales. Ha asesorado en asuntos regulatorios, principalmente en los sectores de la energía y las telecomunicaciones. Previo a su incorporación se desempeñó como socio en las firmas Moreno & Asvat, y en Dentons Muñoz.

Licenciado en Derecho por la Universidad Paul Cézanne Aix-Marseille III y por la Universidad Católica Santa María La Antigua. Es miembro de la Comisión de Solución de Controversias y presidente de la Comisión de Derecho Mercantil y Prácticas Comerciales del Capítulo de Panamá de la CCI. Habla con fluidez español, inglés, francés e italiano.

Este nombramiento forma parte de los planes generales de crecimiento y expansión de ARIFA, tras la incorporación a principios de este año de un nuevo socio y asociados en sus grupos de práctica de Corporativo, Fusiones y Adquisiciones y Banca, Finanzas y Mercado de Capitales.



LEGALCOMMUNITYCH

In collaboration with  Association of
Corporate Counsel
EUROPE

INHOUSECOMMUNITYDAYS

LCPUBLISHINGGROUP

26th - 27th OCTOBER 2023

PARK HYATT ZURICH

Beethovenstrasse 21, 8002 - Zürich • Switzerland



THE EVENT DEDICATED TO THE LEGAL IN-HOUSE FUNCTION

Partners



For information: anna.palazzo@lcpublishinggroup.com

#InhousecommunityDaysCH

INHOUSECOMMUNITYDAYS

LC PUBLISHING GROUP

PROGRAM

26th OCTOBER

- 14:30 ● CHECK-IN
- 15:00 ○ WELCOME MESSAGE
Aldo Scaringella, CEO, *LC Publishing Group*
- 15:10 ○ KEYNOTE SPEECH
Christian Haitz, Head of Legal & Compliance, Gryphon Invest, Country Representative Switzerland, *ACC Europe*
- 15:30 ○ **ROUNDTABLE I "IN-HOUSE COUNSEL AND AI: HOW IS YOUR TEAM GOING TO LOOK LIKE IN 10 YEARS?"**
Dahir Ali, Vice President, General Counsel Asia Pacific, *CNH Industrial*
Claudio Elia, Legal Director, *STMicroelectronics*
Kees van Ophem, Global General Counsel & EVP, *Fresenius Medical Care*
Guido Wennemer, General Counsel, EMEA Legal Department, *Acer Europe*
- 16:30 ○ COFFEE BREAK
- 17:00 ○ **ROUNDTABLE II "UNLEASHING THE POTENTIAL: AI IN THE HANDS OF GC"**
Elmar Büth, Group General Counsel, *Ivoclar*
Karen Yen, General Counsel, *UBS Global Wealth Management*
- 18:00 ○ GC COCKTAIL
- 19:00 ● DINNER AND PARTY

27th OCTOBER

- 9:00 ● CHECK-IN
- 9:30 ○ WELCOME MESSAGE
Aldo Scaringella, CEO, *LC Publishing Group*
- 9:45 ○ **ROUNDTABLE III "CYBERSECURITY AND INHOUSE DEPARTMENTS"**
Christian Kunz, Partner, *Bär & Karrer*
- 11:15 ○ COFFEE BREAK
- 11:30 ○ **ROUNDTABLE IV "ESG AND CLO"**
Andrea Bohrer, Group General Counsel & Company Secretary, *Lonza Group*
Federico Piccaluga, Group General Counsel, *Duferco*
- 12:45 ○ CLOSING REMARKS
- 13:00 ● LIGHT LUNCH



Partners





MARÍA PAZ PULGAR

CHILE

Guerrero Olivos nombra a María Paz Pulgar como nueva socia

Guerrero Olivos ha anunciado la incorporación de **María Paz Pulgar** como nueva socia para fortalecer el sector minero del despacho, con efectos a partir del 1 de agosto.

El objetivo de este nombramiento es crear sinergias y aprovechar la experiencia multidisciplinaria que tiene el equipo minero. Al respecto, la nueva socia comenta: “aquellos aspectos relacionados con temas medioambientales, permisos y litigios, la idea es trabajar conjuntamente con los departamentos especializados que ya están operativos”.

María Paz ha jugado un rol fundamental en la industria minera chilena, donde las mujeres cada vez ocupan una posición más destacada. Abogada de la Pontificia Universidad Católica de Chile, se destaca por su trabajo en materias legislativas y constitucionales relacionadas con este ámbito. Ha participado activamente en la Cámara Chileno Australiana de Comercio (Auscham) y es miembro de Women in Mining. Previo a su incorporación trabajó como counsel en Philippi Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría, y como asociada en Baker & McKenzie.

Con este nombramiento, Guerrero Olivos se consolidará con un equipo de 84 abogados y 115 colaboradores.

se desempeñó como abogado in-house en CB&I, como international visiting lawyer en Dechert LLP en Nueva York, y como special counsel y asociado senior, respectivamente, en las firmas Posse Herrera Ruiz y Rodrigo Elias & Medrano.



MÉXICO

Basham fortalece área de PI con nueva socia

Basham Ringe y Correa ha anunciado la incorporación de **Mariana González** como nueva socia, quien llega para fortalecer el área de Propiedad Intelectual de la firma.

Mariana González estudió la licenciatura en Química y en Derecho en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), graduándose con honores. Cuenta con una Maestría en Alta Dirección por la UNAM y, desde 2019, es Certified Licensing Professional. Ha enfocado su práctica en la protección de tecnología, análisis técnico-legal y litigio de patentes, gestión del conocimiento, actividades relacionadas con la transferencia de tecnología y cuestiones regulatorias.

En el área de la química, González tiene experiencia profesional en investigación, incluyendo una estancia en la Universidad Estatal de Ohio (EE.UU.), en caracterización de bases de ADN con espectroscopia láser ultrarrápida y ha sido docente a nivel medio superior. Además, previamente se desempeñó como socia en Becerril Coca & Becerril y en VELAE México.

Mariana González participa activamente en diversas asociaciones como el Comité de Patentes de la Asociación Mexicana para la Protección de la Propiedad Intelectual (AMPPI), es secretaria en el Consejo del capítulo mexicano de Licensing Executives Society International (LESI), representante de Latinoamérica en el Comité de Women in IP de la American Intellectual Property Law Association (AIPLA), y representante de México en los Comités de Biotecnología y Comercialización de Propiedad Intelectual en la International Association for the Protection of Intellectual Property (AIPPI), entre otros.

Con esta incorporación, Mariana González se suma a los 34 socios actuales de Basham.



FELIPE ALARCÓN

COLOMBIA

Dentons integra a Felipe Alarcón como nuevo socio

Dentons Cárdenas & Cárdenas refuerza su práctica de Banca y Finanzas con la incorporación de **Felipe Alarcón** como nuevo socio de la firma.

"Su experiencia en el sector financiero y regulatorio nos permitirá tener una visión de 360 grados del negocio. Además, reforzará la práctica regulatoria, proporcionará asesoramiento orientado a soluciones a las Fintech, y su apoyo será fundamental en operaciones financieras complejas" comentó Bernardo Cárdenas, socio director del despacho.

Felipe Alarcón es abogado de la Universidad de los Andes y cuenta con estudios de postgrado en Legislación Financiera de la misma universidad. Obtuvo un LL.M de la Facultad de Derecho de la Universidad de Columbia.

Como abogado, Felipe se desempeñó como subdirector de Regulación de la Superintendencia Financiera de Colombia, actuó como secretario general de Corficolombiana y ocupó el cargo de asociado extranjero en la reconocida firma Davis & Polk Wardwell, Nueva York, Estados Unidos.



GUATEMALA

Consortium promueve a nueva socia en Guatemala

Consortium Legal ha anunciado la promoción de la asociada senior, **María Fernanda Morales Porres**, como nueva socia de su oficina de Guatemala, donde actualmente está a cargo del Departamento Societario.

María Fernanda cuenta con más de 11 años de experiencia en el asesoramiento legal en el área corporativa y se especializa en derecho civil, mercantil, sector regulado, notariado, registral, transaccional.

Licenciada en Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Rafael Landívar, obtuvo una Maestría en Derecho y Negociación Internacional de la Universidad del Atlántico, además de un post grado en Derecho Mercantil Contemporáneo en la Universidad de San Carlos de Guatemala.

Ha brindado asesoría legal en relación a procesos societarios de toda clase, procesos de fusiones y adquisiciones, autorizaciones corporativas, derechos de accionistas y varios procedimientos relacionados con entidades sujetas a la legislación guatemalteca.

Asimismo, María Fernanda tiene experiencia en asesoramiento a entidades sin fines de lucro, incluyendo asociaciones, fundaciones, y sucursales de las mismas inscritas en la República de Guatemala cuyos objetos son en pro del sector de educación, salud, arte, etc.



2nd Edition

ENERGY & INFRASTRUCTURE

The event dedicated to private practice lawyers,
experts in the sector of energy & infrastructure in Latin America

13 December 2023

Tivoli Mofarrej São Paulo Hotel

Alameda Santos, 1437 - Cerqueira César, São Paulo

Program

- 18.30** CHECK-IN
- 18.45** COCKTAIL
- 19.15** ROUNDTABLE
- 20.00** CEREMONY
- 21.00** DINNER

Send your submission or ask for info to
guido.santoro@iberianlegalgroup.com
vincenzo.rozzo@iberianlegalgroup.com
elia.turco@iberianlegalgroup.com

For general information:
amanda.castro@iberianlegalgroup.com

www.thelatinamericanlawyer.com
DRESS CODE: business suit / cocktail dress

Follow us on



#TheLatamLawyerAwards



INHOUSECOMMUNITYUS

The 100% digital information tool in English for U.S. and international In-house counsel



LEGAL AND INHOUSE AFFAIRS

INHOUSE INTERNATIONAL POSITIONS

GENERAL COUSEL IN THE US

COMPANIES' TOP MANAGEMENT

INTERNATIONAL DIGITAL NEWS



Follow us on



www.inhousecommunityus.com

On the web

Paisaje inmobiliario

El mercado inmobiliario en Latinoamérica ha experimentado un período de dinamismo y adaptación sin precedentes durante los últimos meses. En medio de desafíos globales, los actores de esta industria han demostrado resiliencia y agilidad para aprovechar oportunidades emergentes. Desde transacciones emblemáticas que redefinen el perfil urbano hasta la influencia de factores económicos y tecnológicos en la toma de decisiones, The Latin American Lawyer reúne una serie de notas publicadas en los últimos dos meses que pretenden proporcionar una visión integral de cómo se ha desarrollado el mercado inmobiliario en la región.



XAVIER MANGINO

Carey representa a Patria en venta de participación de filiales ODATA

Holland & Knight México ha asesorado a las promotoras inmobiliarias American Leisure Properties, Alimentos GND, e Inmobiliaria Danmada II, en la adquisición de la totalidad del capital social de Promociones Turísticas AV (PTAV).

Esta transacción se cerró el 17 de julio, la cual implicó la adquisición estratégica, diseño y construcción de propiedades en destinos turísticos

populares, pues la empresa adquirida se especializa en el ámbito turístico. El objetivo de los promotores es crear alojamientos atractivos y confortables, como hoteles, complejos turísticos, alquileres vacacionales u otros establecimientos de hostelería, que se ajusten a las preferencias y deseos del mercado turístico. PTAV es un holding mexicano que gestiona diversas filiales en múltiples industrias, incluido el sector turístico en México. Es el holding y operador único de la empresa Marina Costa Baja, que opera Marina Costa Baja, ubicada en Puerta de Cortez en La Paz, Baja California Sur. El puerto deportivo utiliza tecnología punta y tiene capacidad para 250 embarcaciones de entre 30 y 225 pies, así como almacenamiento en seco con 50 plazas para embarcaciones de hasta 35 pies. Sirve como puerta de entrada al Mar de Cortés y está considerada como una de las mejores marinas de todo el continente americano. El equipo de H&K estuvo liderado por el socio **Xavier Mangino**, con apoyo de la consejera senior Elena Ibarrola, los asociados Julia Segovia, Alejandro Briceño y Cristóbal Ortiz, y el asistente legal José Gabriel Mangino.

ÁREAS DE PRÁCTICA

M&A, Real Estate

OPERACIÓN

Adquisición del capital social total de PTAV por parte de varias promotoras inmobiliarias

FIRMA

Holland & Knight

ABOGADO PRINCIPAL

Xavier Mangino

VALOR

Confidencial



FERNANDO DE POSADAS



VICTORIA GARABATO



DIEGO CUENCA

Morimor asiste a Green Tower en registro como REIT y oferta pública inicial

Morgan & Morgan ha asistido a Green Tower Properties Inc. y a sus accionistas en el registro y conversión como Real Estate Investment Trust (REIT) ante la Superintendencia del Mercado de Valores de Panamá (SMV), incluyendo el registro de sus Acciones Clase B ante la SMV y la Bolsa Latinoamericana de Valores (LATINEX).

El REIT fue autorizado por la SMV para ofrecer públicamente hasta 3,000,00 de sus Acciones Clase B. Dicho registro y listado permitió a Green Tower realizar una oferta pública inicial (OPI) de sus Acciones Clase B, de las cuales un total de 243,823 acciones fueron colocadas exitosamente en el mercado primario a través de LATINEX por un monto bruto superior a US\$7,000,000.

Gracias a la OPI, Green Tower podrá realizar un repago de US \$7.000.000 en amortización de deuda de los bonos inmobiliarios Serie A, mejorando su flujo de caja y reduciendo su nivel de apalancamiento. Adicionalmente, el registro y cotización de sus Acciones Clase B también permitirá a los accionistas preexistentes de Green Tower monetizar su inversión inicial en Green Tower mediante la venta de dichas Acciones Clase B en el mercado secundario a través de LATINEX. Green Tower es propietaria del 95% del edificio MMG Tower, ubicado en Costa del Este, en el corregimiento de Juan Díaz, Ciudad de Panamá, República de Panamá, en un terreno de aproximadamente 4,395.56 metros cuadrados. MMG Bank Corporation actuó como organizador, agente de pago, registro y transferencia, depositario y agente de colocación del REIT; mientras que MMG Asset Management actuó como gestor de inversiones.

El equipo de Morimor incluyó a los socios Francisco Arias G., Ricardo Arias y Ana Carolina Castillo, junto al asociado internacional Miguel Arias M.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Real Estate

OPERACIÓN

Registro de Green Tower Properties como Real Estate Investment Trust

FIRMA

Morgan & Morgan

ABOGADOS PRINCIPALES

Francisco Arias G., Ricardo Arias, Ana Carolina Castillo

VALOR

\$7.000.000 dólares (USD)



CÉSAR LUNA VICTORIA



CAROLINA GAJATE

RAD actúa en licitación de hoteles de Costa del Sol en aeropuerto de Lima

Rebaza Alcázar & De Las Casas ha actuado como asesor legal del Grupo Costa del Sol respecto a la licitación de nuevos hoteles en la nueva terminal del aeropuerto de Lima, Perú.

El grupo peruano Costa del Sol se ha adjudicado el diseño, construcción y explotación de dos hoteles en la nueva terminal del Aeropuerto Internacional Jorge Chávez (AIJCH) tras ganar un concurso privado, convocado por Lima Airport Partners (LAP), actual operador del AIJCH.

El contrato de concesión se firmó el 5 de septiembre. LAP fue asesorada por su equipo interno y por el Estudio CMS-Grau.

El proyecto consiste en el diseño, construcción y operación de un hotel de cinco estrellas y otro de tres estrellas en el nuevo terminal. El hotel de cinco estrellas comenzará a operar junto con la terminal, en enero de 2025. El proyecto estima una inversión de 50 millones de dólares.

Erika Pereira actuó como asesora interna de LAP.

El equipo de CMS-Grau incluyó a la socia **Carolina Gajate** y a la asociada Carmen Assereto.

El equipo de RAD estuvo compuesto por el socio **César Luna Victoria**, el asociado senior Mirko Medic y el asociado Álvaro Luna Victoria.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho aeronáutico, Derecho Corporativo

OPERACIÓN

Licitación de hoteles de Costa del Sol en nueva terminal del aeropuerto de Lima

FIRMAS

Rebaza Alcázar & De Las Casas, CMS-Grau

ABOGADOS PRINCIPALES

César Luna Victoria, Carolina Gajate

VALOR

\$50 millones de dólares (USD)



MARÍA SOLEDAD MARÍN

BSVV representa a Phoenix Tower en extensión de arrendamiento de antenas

Barros Silva Varela & Vigil ha representado a Phoenix Tower International en el cierre de contratos de usufructo o extensiones de contratos de arrendamiento vigentes con los propietarios de las ubicaciones de antenas de telecomunicaciones de mayor valor en el mercado, por un plazo de 30 años.

La transacción implicó que un estudio de los títulos de las propiedades, de los permisos aplicables a la zona y de los resguardos necesarios, todo ello por parte del área inmobiliaria de la firma.

Phoenix Tower International proyecta cerrar al menos 100 ubicaciones en un año con una inversión aproximada de USD \$9.000.000.

El equipo de BSVV estuvo compuesto por la asociada sénior **María Soledad Marín**, y los asociados Diego Palma y Felipe Van de Wyngard.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Real Estate

OPERACIÓN

Cierre y extensiones de contratos de arrendamiento de Phoenix Tower

FIRMA

Barros Silva Varela & Vigil

ABOGADA PRINCIPAL

María Soledad Marín

VALOR

\$9.000.000 dólares (USD)



FEDERICO PEÑASCO

PPV asesora a LBD y Direma en proyecto inmobiliario

Posadas Posadas & Vecino ha asesorado a La Buonora & Asociados Desarrollos (LBD) y Direma, empresas de desarrollo inmobiliario, en la estructuración de un proyecto inmobiliario de lujo en Montevideo.

Esta transacción fue anunciada el 5 de junio incluyó la adquisición de un terreno, así como una estructura de financiación.

El proyecto residencial, comercial y de oficinas estará ubicado cerca del Aeropuerto Internacional de Carrasco en Montevideo, y contará con seis torres de 18 pisos, incluyendo un total de 110 apartamentos.

El equipo de PPV estuvo compuesto por el socio **Federico Peñasco** y los asociados Nicolás Ferreira, Lorena Speranza y Verónica Amarelle.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Real Estate

OPERACIÓN

Estructuración de proyecto inmobiliario de lujo

FIRMA

Posadas Posadas & Vecino

ABOGADO PRINCIPAL

Federico Peñasco

VALOR

Confidencial



OSCAR RUIZ-TAGLE RAMÍREZ

B&E representa a Los Canelos en venta de terreno

Barros & Errázuriz ha representado a Inmobiliaria Los Canelos en la negociación y posterior venta de un terreno ubicado en calle Porto Alegre, comuna de Las Condes.

La asesoría implicó la negociación y redacción de documentos preparativos a la venta, como la promesa y sus modificaciones, y también los documentos propios de la venta, incluyendo la escritura pública de compraventa.

El equipo de B&E estuvo incluyó al socio **Oscar Ruiz-Tagle Ramírez** y al asociado Benjamín Martínez Bünzli.

ÁREAS DE PRÁCTICA

M&A, Real Estate

OPERACIÓN

Venta de terreno de Inmobiliaria Los Canelos

FIRMA

Barros & Errázuriz

ABOGADO PRINCIPALES

Oscar Ruiz-Tagle Ramírez

VALOR

Confidencial



MARINA BASAVILBASO

PAGBAM: Transfronterizando su potencial

En el marco de su aniversario número 32, la firma argentina da un paso más hacia su extensión internacional al inaugurar su Latin American Desk en Uruguay. The Latin American Lawyer indaga más sobre este importante acontecimiento que posicionará al despacho tras acercarnos a la nueva socia líder del proyecto, Marina Basavilbaso

por giselle estrada ramírez

«[...] es un objetivo ambicioso, pero creo que el “full service”, que antes consistía en abarcar todas las áreas del derecho, en el futuro cercano va a consistir en poder abarcar todas las áreas del derecho en todos los países de la región.»

El bufete de origen argentino Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen anunció el pasado mes de agosto que se internacionaliza una vez más al poner a disposición una nueva oficina estratégicamente ubicada en Uruguay con el objetivo de brindar sus servicios a proyectos que abarquen diversos países de Latinoamérica.

La colaboración entre la recién inaugurada oficina en Uruguay y las ya establecidas en Argentina (Buenos Aires y Neuquén), Chile y Nueva York, permitirá a PAGBAM mantener su capacidad para brindar a sus clientes la experiencia especializada de sus profesionales en diversas áreas del derecho, al tiempo que amplía su presencia en el ámbito regional.

Para conocer un poco más sobre esta decisiva oportunidad, entrevistamos a **Marina Basavilbaso**, quien, en su papel de líder del proyecto se encuentra en una posición excepcional gracias a sus años de experiencia como consejera en el bufete pues ha concentrado sus esfuerzos en brindar asesoría a nivel internacional y en coordinar con éxito equipos interdisciplinarios experimentados que atienden a clientes multinacionales. Marina es parte de la firma desde hace diez años, donde desarrolló su práctica profesional en el área de derecho comercial, con enfoque particular

en el asesoramiento a empresas dedicadas a la tecnología.

Se especializa en la negociación y elaboración de contratos complejos, proyectos de infraestructura de telecomunicaciones y real estate, cuestiones relacionadas con la responsabilidad en Internet, e-commerce, licencias de software y contenido digital, entre otros. Además, Marina forma parte del equipo de Derecho Aeronáutico de PAGBAM que asesora en cuestiones contractuales, regulatorias y litigiosas.

Marina, ¡felicidades por su nuevo puesto! ¿cómo se preparó para asumir este reto de liderar una nueva oficina de la firma?

Muchas gracias, estoy muy contenta con el comienzo de este nuevo proyecto.


Sinceramente, creo que lo que me preparó fue aprender de los abogados con los que me formé en el Estudio. Tuve la suerte de trabajar mucho y muy cerca con grandes abogados, así que, lo que sé, lo aprendí de ellos.

¿Nos contaría un poco de su trayectoria jurídica? Inicialmente, ¿qué le llamó la atención de la profesión legal?

Seguramente como casi todos, me anoté en la carrera de Derecho con la vocación de querer “abogar” por los otros. Y lo cierto es que, aunque uno tenga una práctica comercial, empresarial

Sobre Marina Basavilbaso

Marina ingresó a PAGBAM hace diez años y desarrolló su práctica profesional en el área de derecho comercial, focalizada en particular en el asesoramiento a empresas dedicadas a la tecnología. Se especializa en la negociación y elaboración de contratos complejos, proyectos de infraestructura de telecomunicaciones y real estate, cuestiones relacionadas con la responsabilidad en Internet, e-commerce, licencias de software y contenido digital, entre otros. Además, forma parte del equipo de Derecho Aeronáutico de PAGBAM que asesora en cuestiones contractuales, regulatorias y litigiosas.

Marina Basavilbaso estudió los dos primeros años de la carrera de abogacía en la Universidad Autónoma de Madrid. Terminó sus estudios en la Universidad Católica Argentina, donde se recibió como Abogada en 2013. En 2017 y 2018 realizó la Maestría en Derecho Empresarial de la Universidad Austral. En 2018 realizó el posgrado en International and Comparative Law en el Southwestern Institute en Dallas, Texas, Estados Unidos. 

«No queremos vender una franquicia sino ser un mismo estudio jurídico con profesionales en diferentes países [...] tenemos una cultura muy forjada de compañerismo, colaboración y amistad y plasmar esa cultura en todas las oficinas será, sin dudas, un gran desafío al que le daremos muchísima prioridad»

incluso, eso es lo que hacemos y lo que más me gusta. Mariano (Mariano Grondona) siempre me dice “Cuando termina el día lo que tenés que pensar es si le pudiste solucionar un poco la vida a tu cliente, todo lo demás es secundario”. Creo que ese tiene que seguir siendo el norte. Más allá de eso, algo inesperado que me llamó la atención de la profesión legal, dentro de un estudio tan grande, es que te permite tener un panorama muy amplio pero a la vez profundo de lo que está pasando en el país o incluso en la región. Al involucrarte en proyectos de diversa índole te vas interiorizando respecto de cómo funcionan las diferentes industrias y eso es muy estimulante para la curiosidad, te abre los ojos y te permite interactuar con otros actores desde otro lugar.

¿Qué aspectos de su experiencia previa cree que le ayudarán a liderar con éxito esta expansión del bufete? ¿A qué desafíos únicos se enfrentará al liderar un desk en un país distinto?

Creo que no serán solo mis experiencias, sino también las experiencias de todos los que trabajamos en PAGBAM, al final este es un proyecto en conjunto. De mi experiencia personal creo que valen mucho las oportunidades que tuve de relacionarme con personas de otras culturas desde chica. Además, escucho mucho a nuestros Socios Fundadores, trato de aprovechar cualquier oportunidad que me permita aprender de lo que formaron ellos y siguieron otros con tanto éxito.

¿Por qué se eligió a Uruguay como un punto estratégico para el crecimiento del despacho?

Uruguay es un país con una estabilidad económica e institucional envidiable, y con un ecosistema legal muy favorable para los negocios. Además, en Uruguay se han instalado muchas empresas de la industria del conocimiento en las que queremos seguir poniendo foco.

¿Qué metas se han propuesto para la extensión a largo plazo de PAGBAM? ¿Qué estrategias implementarán para diferenciarse y atraer nuevos clientes en LatAm?

A largo plazo nos gustaría tener oficinas con abogados locales en las ciudades más importantes de la región, como tenemos en Chile. Creemos que es un objetivo ambicioso, pero creo que el “full service”, que antes consistía en abarcar todas las áreas del derecho, en el futuro cercano va a consistir en poder abarcar todas las áreas del derecho en todos los países de la región, brindando un servicio integral a los clientes. El diferencial esencial es que los clientes puedan contar con el estándar de PAGBAM en toda la región y recibir una solución one stop shop con ese estándar.

Sobre el Estudio

Fundado en 1991, Pérez Alati, Grondona, Benites & Arntsen (PAGBAM), es un estudio jurídico integral especializado en asesorar a compañías y organizaciones locales e internacionales.

Con más de 30 años de experiencia y solidez en la industria, ofrece soluciones estratégicas e innovadoras a sus asuntos legales y comerciales más complejos; a la vez que provee un asesoramiento legal coordinado y capacidad transaccional en todo el mundo a través de oficinas en Buenos Aires, Santiago de Chile, Uruguay y Nueva York (Estados Unidos).

Desde su creación hasta hoy, PAGBAM es internacionalmente reconocido por su expertise en diversas prácticas, reflejado en los numerosos reconocimientos otorgados por publicaciones especializadas, que desde hace más de 30 años lo ubican entre los mejores estudios jurídicos en Argentina y la región. 📍

«[...] creemos muy firmemente en las interacciones en persona dentro y fuera de la oficina, más allá de que las herramientas tecnológicas por supuesto nos acercan mucho»

¿Cómo lograrán establecer y mantener la comunicación entre las distintas oficinas? Por el momento ¿Cómo está compuesto el equipo en el nuevo desk?

Para nosotros mantener la comunicación y sobre todo la sinergia entre las distintas oficinas es un punto clave. No queremos vender una franquicia sino ser un mismo estudio jurídico con profesionales en diferentes países. Para eso ya estamos haciendo programas de intercambio y vamos a seguir fomentando los viajes y la comunicación constante.

En PAGBAM tenemos una cultura muy forjada de compañerismo, colaboración y amistad y plasmar esa cultura en todas las oficinas será, sin dudas, un gran desafío al que le daremos muchísima prioridad.



¿Cómo abordan su adaptación a las diferencias culturales y legales entre Argentina, Uruguay y las diferentes jurisdicciones de LatAm?

Las diferencias culturales a lo largo de la región son sutiles, pero existen. Para conocer la cultura de un país hay que vivir ahí unos años, es así. Por eso, nos parece importante que nuestros abogados se instalen en el país que se busca explorar, y hacemos intercambios por algunos meses. En ese sentido creemos que las videoconferencias no alcanzan, creemos muy firmemente en las interacciones en persona dentro y fuera de la oficina, más allá de que las herramientas tecnológicas por supuesto nos acercan mucho. En cuanto a las diferencias legales, estamos haciendo mucho hincapié en el estudio de derecho comparado para potenciar esa sinergia de la que hablaba, pero en cualquier caso las consultas de cada país las responderá siempre un abogado local.

Por último, según nuestro ranking de diversidad de género, Argentina está entre los 5 países latinoamericanos con menor cantidad de socias mujeres. Tomando esto en cuenta, ¿qué les diría a las futuras abogadas que aspiran a un camino laboral similar al suyo?

Es cierto que como sociedad tenemos mucho camino por recorrer en ese sentido, pero lo bueno es que hay mucha gente muy valiosa, hombres y mujeres, dispuestos a dar la pelea. Creo que de a poco el cambio se va a empezar a notar cada vez más. Hoy en PAGBAM hay más abogadas mujeres que varones, y creo que eso de a poco se va a seguir reflejando cada vez más en el porcentaje de mujeres en roles de liderazgo.

A las chicas que están empezando les diría que no se limiten y que se animen a pensar en grande. Es una realidad que, como mujeres, para lograr el mismo objetivo profesional que un hombre, muchas veces tenemos que sacrificarnos más. Siento que todavía tenemos “la carga de la prueba”, pero no hay que quedarse en eso porque el esfuerzo vale muchísimo la pena. Les recomendaría que busquen referentes que las inspiren y que se rodeen de mujeres fuertes que las potencien y las impulsen a ser mejores. 🍀



LC Publishing Group

lcpublishinggroup.com



INFORMATION



EVENTS



INTELLIGENCE



PUBLICATIONS

LC publishing Group provides 100% digital information - with a business angle - on legal, finance and food markets in Italy and is the largest legal publisher across southern Europe and Latin America after the acquisition of the majority share in Iberian Legal group.



LC Publishing Group S.p.A.
Operational office: Via Savona 100 | 20144 Milan
Registered office: Via Tolstoi 10 | 20146 Milan
Phone: + 39 02 36 72 76 59





IBERIAN LAWYER



THE DIGITAL AND FREE MONTHLY MAGAZINE

DEDICATED TO THE IBERIAN BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews to lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



For information:

info@iberianlegalgroup.com

Search for Iberian Lawyer or IBL Library on



A close-up photograph of a green medal with the word 'santiago' engraved in a stylized, lowercase font. The medal is set against a background of other medals, creating a sense of depth and texture. The lighting is warm, highlighting the metallic sheen of the medals.

MÁS QUE MEDALLAS: DESAFÍOS LEGALES DE LOS JUEGOS PANAMERICANOS

La competencia deportiva más grande de América vuelve para celebrarse en Santiago 2023. The Latin American Lawyer profundizó en el trabajo jurídico que hay detrás de los Juegos Panamericanos a través de la experiencia de su director legal para esta ocasión, Enrique Mendoza

por giselle estrada ramírez

Cuando de deportes se trata, las competencias no conocen fronteras, pues, más allá de los triunfos de los atletas, son una celebración del espíritu deportivo que une a las naciones. Desde hace más de 7 décadas los Juegos Panamericanos han reunido a millones de deportistas del continente americano en este evento de talla internacional y, mientras los atletas se preparan para competir en sus respectivas disciplinas, los abogados y expertos legales trabajan incansablemente para asegurar que los Juegos Panamericanos sean un éxito en términos de logística y cumplimiento de las leyes.

Detrás de cada medalla ganada y cada récord batido en los Juegos Panamericanos, hay un conjunto de leyes y regulaciones que rigen el evento. Desde cuestiones de propiedad intelectual hasta contratos con patrocinadores y cuestiones de seguridad. En esta ocasión, efectuados en Santiago de Chile, The Latin American Lawyer indagó respecto a las implicaciones jurídicas que conllevan su organización, para ello, Enrique Mendoza, director legal de Santiago 2023 nos concedió la palabra.

Estos eventos deportivos de gran envergadura conllevan mucha preparación y logística jurídica que se queda, por decirlo de alguna forma “tras bambalinas”. Primero que nada, felicitaciones por el trabajo que han logrado para llegar al éxito de los Juegos Panamericanos ¿Cómo está compuesto el equipo legal? ¿Cuántas personas y cómo dividen su trabajo?

El equipo legal de la Corporación cuenta con 14 abogados y abogadas. Se divide en cuatro áreas:

- recintos y comercial
- compras
- licitaciones
- gestión de personas

El equipo está liderado por un director legal y una subgerencia legal.

¿Cuáles han sido los procesos más retadores? ¿Hay alguna ley, regulación deportiva o trámite de contratos que haya sido en particular desafiante?

En Chile, el marco jurídico que regula a las instituciones y organizaciones deportivas es la ley del deporte. Asimismo, al recibir recursos públicos, debemos atenernos a la ley de presupuestos de cada año. Finalmente, nuestra labor se encuentra bajo la supervisión del Instituto Nacional de Deportes, que es la institución pública que realiza transferencias de fondos públicos, por medio de convenios de transferencia a nuestra organización.

Un ámbito especialmente desafiante ha sido la planificación, diseño y ejecución de las diversas licitaciones públicas para la contratación de bienes y servicios indispensables para la realización de los juegos. También ha sido un desafío para la institucionalidad del país los diversos contratos asociados a la administración de la Villa Panamericana durante los juegos, lo que sin duda dejará un enorme aprendizaje para la organización de futuros eventos deportivos de esta magnitud.

¿Qué tipo de acuerdos se tienen que establecer con atletas, entrenadores, proveedores, patrocinadores, voluntarios y otros involucrados? ¿A quiénes hay que incluir y considerar, que no se nos ocurriría son actores importantes en el éxito del evento?

Los acuerdos con atletas y personal deportivo están radicados principalmente en las organizaciones deportivas panamericanas (ODEPA e IPC). Las relaciones con proveedores son indispensables para el éxito de los juegos



Sobre Santiago 2023

Los Juegos Panamericanos y Juegos Parapanamericanos se celebrarán del 20 de octubre al 5 de noviembre, y del 17 de noviembre al 26 de noviembre respectivamente. La organización de los Juegos incluye la participación de más de 8 mil atletas en 39 deportes Panamericanos y 17 Parapanamericanos, provenientes de más de 40 países, cuya sede principal será la ciudad de Santiago. [\[1\]](#)



y ha requerido de un equipo jurídico y de administración de contratos robusto. Los patrocinadores han sido un reto para el área comercial, pero con enormes satisfacciones mientras más cerca se encuentran los juegos. Finalmente, la corporación cuenta con un área dedicada exclusivamente a la coordinación del amplio trabajo de voluntariado que se va a llevar a cabo durante los juegos, no solo en la ciudad de Santiago, sino también en otras regiones del país. Los voluntarios son personas de todas las edades, especialmente universitarios, interesados en participar de este importante evento internacional.

Evidentemente uno de los objetivos principales es contar con una audiencia que esté pendiente de las competencias deportivas. En esta era digital ¿qué es lo más trascendental a tomar en cuenta para las licencias, derechos de autor y gestión de transmisiones en línea?

Uno de los principales desafíos ha sido proteger los derechos de transmisión y marca en línea. Las distintas plataformas de redes sociales son espacios en los que hay experiencia en protección de licencias. No ocurre lo mismo en otras plataformas o páginas online en los que aún resulta difícil impedir la reproducción o captación ilegal de la señal o de imágenes. Sin embargo, nuestra legislación cuenta con algunas herramientas que, si bien no son preventivas, permiten tutelar estos derechos frente a una

vulneración de los mismos.

En cuanto a los derechos de autor, marcas y nombres de dominio, Santiago 2023 ha llevado a cabo un proceso de resguardo de dichos derechos, por medio de su inscripción y resguardo conforme a la legislación nacional e internacional y a los acuerdos suscritos con las distintas organizaciones deportivas asociadas a los juegos panamericanos.

En cuestión de protección de datos y privacidad ¿cómo se manejan los datos personales de los atletas, participantes y asistentes al evento? ¿Qué regulaciones se deben cumplir para evitar problemas legales?

En Chile, la regulación vigente es la ley 19.628 sobre protección de la vida privada, la cual regula de manera detallada la protección de los datos de carácter personal que recopilen tanto organismos públicos como privados. Al respecto, es necesario tener en cuenta que, el tratamiento de los datos personales sólo puede efectuarse cuando la ley u otras disposiciones legales lo autoricen o el titular consienta expresamente en ello. Asimismo, la persona que autoriza debe ser debidamente informada respecto del propósito del almacenamiento de sus datos personales y su posible comunicación al público. Dicha autorización debe constar por escrito y siempre podrá ser revocada, aunque sin efecto retroactivo, lo que también deberá hacerse por escrito.

Asimismo, respecto a la seguridad de los deportistas, público y personal durante el evento ¿Cuáles son las medidas legales que hay que tomar para garantizar su protección en situaciones de emergencia o accidentes?

La organización de eventos deportivos y cualquier otro tipo de evento masivo en Chile, requiere de autorizaciones ante instituciones públicas vinculadas al Ministerio del Interior y Seguridad Pública y las delegaciones presidenciales. Aunque cada Delegación Presidencial Regional está a cargo de otorgar los permisos, la decisión se toma en conjunto con la Autoridad Sanitaria, Carabineros de Chile, Superintendencia de Electricidad y Combustibles (SEC), OS10, municipio correspondiente y otros servicios, dependiendo del tipo de evento masivo. Los principales aspectos que la delegación presidencial evalúa son los siguientes:

Sobre los juegos panamericanos

Los Juegos Panamericanos son el mayor evento deportivo internacional multidisciplinario en el que participan atletas de las Américas. Efectuados por primera vez en 1951, se realizan cada cuatro años, justo un año antes de los juegos olímpicos. Los parapanamericanos se realizan en la misma ciudad sede aproximadamente 10 días después del término de los panamericanos. 🇨🇱



- a) Características del recinto o lugar en que se realizará el evento, estructura y servicios con que cuenta.
- b) Infraestructura del evento. Considerando escenario, iluminación, sonido, energía eléctrica (si cuenta con el certificado de la Superintendencia de Electricidad y Combustibles, SEC, si corresponde o fuese necesario) y ubicación.
- c) Topografía del lugar, es decir, si requiere rejas de protección u otros elementos que impidan la entrada de personas no autorizadas; accesos, cierres y salidas de emergencia, y medidas de planificación para el manejo de casos de emergencia que puedan producirse durante el evento, como atentados, desórdenes, incendios, sismos u otros.
- d) Plano o esquema de planta del proyecto con los antecedentes fundamentales de distribución de su organización.
- e) Servicios básicos, considerando el número de personas asistentes previstas.
- f) Capacidad máxima del lugar y si se ajusta a la estimación de los y las asistentes.
- g) Plan de emergencia.
- h) Cumplimiento de las instalaciones eléctricas.
- i) Sistema de protección de incendios del recinto y accesorios que sean necesarios.
- j) Equipamiento de primeros auxilios, indicando los móviles de emergencia contratados por la empresa responsable y la cantidad de personal paramédico disponible.
- k) Presencia de señalética de orden y seguridad del recinto.
- l) Antecedentes y autorización de fuegos artificiales, si corresponde.
- m) Guardias de seguridad para el control interno, individualización de la empresa responsable y de su representante legal.
- n) Sistema de comunicaciones internas a utilizar, indicando la empresa responsable y su representante legal.
- o) Antecedentes del experto en prevención de riesgos y del técnico instalador eléctrico autorizado del evento, ambos debidamente individualizados

¿Cómo procede el registro y protección de Propiedad Intelectual de los involucrados? Además de patrocinadores, mascotas y logotipos del evento ¿a quiénes más hay que tener presente?

La Corporación Santiago 2023 ha sido la encargada de registrar y proteger la propiedad intelectual e industrial de estos Juegos. En Chile, el registro de marcas lo lleva INAPI (Instituto Nacional de Propiedad Industrial); los derechos de autor están radicados en el Departamento de derechos intelectuales; y NIC Chile es el encargado del registro en el caso de los dominios web. Tanto los logotipos, mascotas, nombres,

lemas, frases de propaganda, himno oficial de los juegos y diversos productos de merchandising se encuentran protegidos y registrados en las instituciones correspondientes.

Cuando se trata de competencias deportivas, uno de los aspectos que más se ponen en relieve es el de las reglas antidopaje y regulación de sustancias. En estos juegos ¿cómo se regula y cuáles son las sanciones de incumplimiento?

La regulación nacional en materia de dopajes está principalmente establecida en la Resolución 865 exenta que aprueba el Reglamento que regula la realización de controles de dopaje y sus anexos. Los juegos Panamericanos Santiago 2023 cuentan con el Laboratorio Francés Antidopaje (LADF), Universidad París - Saclay. Sin perjuicio de lo anterior, existe regulación internacional en este tema, a la cual nuestro país adscribe.

Otro elemento sumamente importante es el del cumplimiento normativo. ¿Cómo han logrado prevenir y manejar situaciones de corrupción, soborno y otros problemas éticos?

En relación con esta materia, resulta relevante distinguir entre la regulación pública que cumplen diversos organismos públicos chilenos involucrados en los Juegos como el Ministerio de Deportes y el Instituto Nacional de Deporte y aquellas que corresponden a instituciones privadas como Santiago 2023.

En el ámbito público, rige, por un lado, la ley 20.285 sobre transparencia activa, que regula el principio de transparencia de la función pública,

el derecho de acceso a la información de los órganos de la Administración del Estado, los procedimientos para el ejercicio del derecho y para su amparo, y las excepciones a la publicidad de la información. Rige también la ley de compras públicas 19.886 y su reglamento, así como también la ley de lobby. En todas ellas se abordan distintos aspectos preventivos y sancionatorios frente a la corrupción, el soborno y la probidad.

En el ámbito privado, la Corporación, en virtud de sus convenios de transferencia pública, ha debido adoptar la ley de transparencia activa y los aspectos más relevantes de la ley de compras públicas. Asimismo, regula nuestra labor la ley 20.693 que establece la responsabilidad penal de las personas jurídicas en los delitos que indica, incorporando una serie de tipos penales destinados a evitar la corrupción y resguardar la probidad.

Por último, ¿Cuáles son los métodos de resolución de disputas que podrían aplicarse en caso de conflictos legales durante la organización o desarrollo del evento?

Los contratos celebrados por Santiago 2023 incorporan distintos métodos de resolución de conflictos. En primer lugar, en el caso de recintos y sedes se podrá recurrir a la justicia ordinaria. En cambio, en el caso de proveedores, en materia de compras y licitaciones, se han establecido distintas cláusulas de arbitraje (con juez árbitro de derecho), se prohíbe la cesión de los contratos y se establecen mecanismos de resolución alternativa de conflictos como la mediación. 🟩



Media Partners



ipem

**SEPT. 18-20, 2023
JARDIN DES TUILERIES
PARIS, FRANCE - 9th EDITION**

The world's private capital hub





Mejores firmas: Primer semestre 2023

En este ranking anual, con datos proporcionados por TTR, The Latin American Lawyer ha recopilado a los bufetes más destacados por valor de operaciones en los países más activos de América Latina, con respecto a las transacciones realizadas de M&A, Venture Capital, Private Equity y Asset Acquisitions

por giselle estrada ramirez

Una de las maneras más comunes de identificar a las firmas de abogados más destacadas es visualizar las operaciones que han realizado en el mercado transaccional en un período determinado. En esta ocasión, pasado el primer semestre del 2023 resulta interesante observar los despachos que se han mantenido como los más activos.

Utilizando los últimos informes de TTR Data (antes Transactional Track Record) ofrecemos un ranking de los bufetes con mayor número de operaciones por cada uno de los 5 países con más actividad en América Latina, que incluyen a Argentina, Chile, Colombia, México y Perú. Además, hemos recopilado las transacciones más sobresalientes de los últimos meses, también seleccionadas por TTR.

Todas las operaciones y los datos de los rankings están disponibles en www.ttrdata.com

La tendencia que ha tenido el mercado de M&A a lo largo del año ha sido la disminución de sus operaciones con respecto al 2022, pues, hasta julio de 2023 se han efectuado un total de 1.757 fusiones y adquisiciones, con un importe agregado de USD \$45.308m, lo que implica un descenso del 20% en el número de transacciones, así como un descenso del 34% en su capital movilizado.

Respecto a los países hispano hablantes que consideramos para este ranking, Chile es el que cuenta con un mayor número de transacciones, siendo además el único país aumentando su cifra en comparación al mismo periodo en 2022, pues contó con 223 transacciones, lo que representa un aumento del 21%. Le siguen México, con 203 transacciones y una disminución del 23%; Colombia con 134 transacciones y un descenso del 29%; Argentina con 120 transacciones, disminuyendo su actividad en un 2%; y por último Perú con 70 transacciones y un declive del 5%.

Asimismo, en el mismo orden, estos países movilizaron importes de hasta USD \$8.995m, USD \$10.639m, USD \$2.572m, USD \$1.565m y USD \$3.857m, todos reduciendo sus cifras en un 23, 9, 57, 55 y 84% de manera respectiva.

Específicamente en las áreas de Private Equity, Venture Capital y Asset Acquisitions, durante los primeros siete meses del año se contabilizaron respectivamente: 92 transacciones con un capital movilizado de USD \$3.437m; 515 operaciones y un importe agregado de USD \$2.214m; así como 246 deals por un valor de USD \$4.299m

Las mejores firmas en LatAm, por valor de operaciones transaccionales hasta julio 2023 fueron las siguientes:

ARGENTINA

A JULIO 2023	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2022
1	Marval O'Farrell Mairal	8	201.00	2
2	Bruchou & Funes De Rioja	5	48.00	3
3	Mitrani Caballero & Ruiz Moreno Abogados (MCRM)	4	134.21	*
4	Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen (PAGBAM)	4	48.00	9
5	Cibils Labougle Ibañez Abogados	2	-	*

CHILE

A JULIO 2023	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2022
1	Carey	15	2,043.48	1
2	Cuatrecasas Chile	14	31.35	6
3	Barros & Errázuriz	13	1,316.83	2
4	Philippi Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Chile (PPU Chile)	12	146.62	7
5	CMS Carey & Allende	8	72.65	5

COLOMBIA

A JULIO 2023	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2022
1	Brigard Urrutia	11	1,485.75	1
2	Cuatrecasas Colombia	11	148.00	7
3	DLA Piper Martinez Beltrán	11	48.00	2
4	Posse Herrera Ruiz	8	1,504.05	4
5	Gómez-Pinzón	7	28.64	3

MÉXICO

A JULIO 2023	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2022
1	Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez	22	6,289.90	1
2	Ritch Mueller	6	53.47	5
3	Cuatrecasas México	5	28.58	13
4	Mijares Angoitia Cortés y Fuentes	4	53.47	3
5	Baker McKenzie México	2	6,000.00	21

PERÚ

A JULIO 2023	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2022
1	Estudio Muñiz	11	9.50	3
2	Cuatrecasas Perú	8	145.50	6
3	Rebaza Alcázar & De Las Casas	6	3,066.00	2
4	Miranda & Amado Abogados	5	2,900.00	8
5	Rodrigo Elías & Medrano Abogados	4	105.00	1

- Sin datos disponibles


*No figuró en el ranking 2022

Por otra parte, durante este periodo hubo distintas operaciones que se destacaron por su complejidad y valor. En enero destacó la [adquisición](#) de la Concesionaria Universidad Politécnica de San Luis Potosí de Macquarie Asset Management a favor de Bestinver y Global Burano en México, la cual fue asesorada por Cuatrecasas y Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez.

Asimismo, los siguientes dos meses involucraron operaciones de Brasil siendo para febrero una [venta de Oi](#) a Highline do Brasil valorada en USD \$329.53m y asesorada por BMA – Barbosa Müssnich Aragão, Stocche Forbes Advogados y Vinson & Elkins; y para marzo la [adquisición](#) de Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) por parte de ArcelorMittal Brasil a Vale, Poscomo Ferien y Dongkuk Steel, con VMCA Advogados, Cleary Gottlieb Steen and Hamilton, Advocacia José Del Chiaro, Lefosse, Tauil & Chequer Advogados y Mayer Brown como asesores. Por su parte, en abril resaltó la [adquisición](#) en múltiples jurisdicciones de Practia Global por parte de Publicis Groupe, asistida por Uría Menéndez España, Marval O'Farrell Mairal, Galicia Abogados, Pinheiro Neto Advogados, PPU Chile, Hunton Andrews Kurt y Mitrani, Caballero & Ruiz Moreno. En mayo, puso en relieve la [adquisición](#) de ODATA en Brasil, Chile, [Colombia](#) y México a favor de Aligned Data Centers, la cual contó con asesoramiento jurídico de Vinson

& Elkins, Stocche Forbes Advogados, Posse Herrera Ruiz, Mijares Angoitia Cortés y Fuentes, Claro & Cía, Proskauer Rose, Pinheiro Neto Advogados, Brigard Urrutia, Galicia Abogados, Demarest Advogados, Gómez-Pinzón, Carey, Cuatrecasas España, y CMS Carey & Allende.

Los últimos dos meses se enfatizó en la [adquisición](#) de Actis de 11 centros de datos de Nabix en América, bajo la asistencia de Mijares Angoitia Cortés y Fuentes, [Cuatrecasas Chile](#), Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez, Carey, [Mitrani](#) Caballero & Ruiz Moreno y Rodrigo Elías & Medrano; así como la [fusión](#) entre la empresa peruana Ransa y la costarricense Transportes Centroamericanos del Futuro, con la participación de Squire Patton Boggs España, Rebaza Alcázar & De Las Casas, Brigard Urrutia, Santos Elizondo, Alvarado & Asociado,; ALTA Batalla, ALTA QIL+4 Abogados, ALTA Melara & Asociados, ALTA Valdés Suárez & Velasco, Fábrega Molino, Cuatrecasas, Posse Herrera Ruiz, White & Case US, Pérez-Llorca, Ramírez Gutiérrez-Azpe Rodríguez-Rivero y Hurtado, Arias Fábrega & Fábrega, Ferrere, CorralRosale y BLP Legal.

Permaneceremos advirtiendo los cambios hacia el final del año y los meses que restan en el nuestro próximo ranking de las mejores firmas de 2023. 



Uniendo Fuerzas a Ambos Lados del Atlántico: Anaya Díaz e Ibáñez junto a Maisto e Associati

por giselle estrada ramírez

La creciente convergencia entre Italia y México marca la pauta para la comunidad legal internacional en la era de la colaboración global, con la firma mexicana Anaya Díaz e Ibañez sumando sus capacidades a las del despacho italiano Maisto e Associati. De la mano de Edgar M. Anaya, socio del bufete mexicano, indagamos en los recientes eventos que han hecho que esta alianza destaque.

En un mundo cada vez más interconectado, la colaboración transfronteriza entre profesionales legales se ha convertido en una estrategia clave para destacar en el competitivo mundo del derecho. En este contexto, la firma Maisto e Associati, con el corazón de Italia y Anaya Díaz e Ibañez, desde México, han forjado una alianza única que ha llamado la atención.

La unión de estos dos despachos, con sólidas trayectorias en sus respectivos países ha allanado el camino para un enfoque global en materia fiscal. En los últimos años, su colaboración ha ido más allá de la simple asociación, convirtiéndose en una sinergia que ha beneficiado a sus clientes y ha elevado sus perfiles.

Desde la organización de eventos conjuntos hasta el intercambio de conocimientos y mejores prácticas, nos acercamos a Edgar M. Anaya, socio de Anaya Díaz e Ibañez para conocer más respecto cómo la interacción entre ambos bufetes ha logrado consolidar su presencia mundial, donde la cooperación transfronteriza es la clave para el éxito en un mercado fiscal en constante cambio.

[...] hoy en día más de 1800 empresas italianas invierten en México, mientras que más de 300 grupos mexicanos se encuentran ya invirtiendo en territorio italiano. Por lo mismo es más que natural que dos despachos con objetivos, integración y visiones similares colaboren

[...] realizamos un recorrido por los temas fiscales que se han vuelto más relevantes para estas inversiones en los últimos años, [...] abordamos las cuestiones más importantes a las que se enfrentan las empresas materia de controversias fiscales

¿Cómo surgió la colaboración entre ambos despachos?

La mayoría de los profesionales de Maisto participan en órganos consultivos y grupos de estudio, y son ponentes frecuentes en congresos, manteniendo así un conocimiento de vanguardia de las cuestiones tributarias más avanzadas.

Al igual que su contraparte italiana, en el despacho de Anaya los profesionistas son habidos participantes de seminarios y congresos donde son regulares ponentes y panelistas, ampliamente reconocidos en el mercado fiscal internacional.

Es esa interacción de ya varios años entre los socios de Maisto y de Anaya a nivel de la IFA que ha derivado en participaciones conjuntas muy satisfactorias para ambos despachos, en tanto que la calidad, reconocimiento y prestigio de ambas firmas ha sido avalado por un excelente trabajo a favor de clientes mutuos y causas comunes.

¿Cuál es la razón principal de esta alianza entre México e Italia? ¿Cuál es su importancia de que ambos países se complementen?

Conforme a lo comentado por la actual embajada de Italia en México, hoy en día más de 1800 empresas italianas invierten en México, mientras que más de 300 grupos mexicanos se encuentran ya invirtiendo en territorio italiano. Por lo

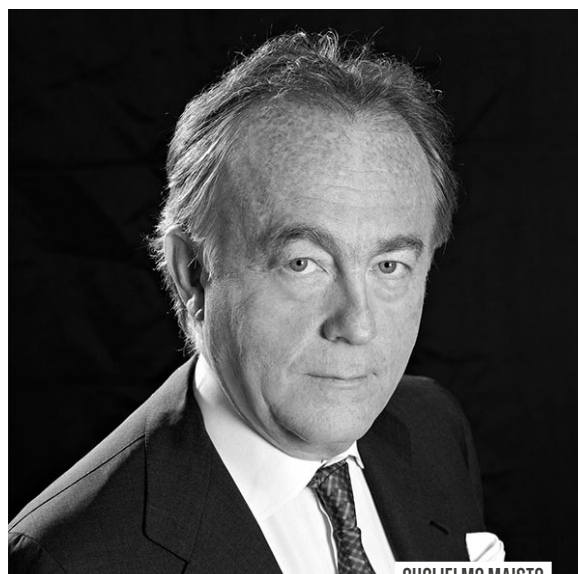
mismo es más que natural que dos despachos con objetivos, integración y visiones similares colaboren para hacer estos eventos que tanto gustan a los clientes e inversionistas pues les ayudan a conocer más de los mercados e interactuar compartiendo experiencias y mejores prácticas.

Respecto a los eventos que se llevaron a cabo en los últimos meses ¿En qué consistieron y cuál era su finalidad?

En atención al interés que han mostrado diversas empresas italianas, ya sea para instalarse o mantener su operación en México dentro del marco del nearshoring que se está desarrollando en el país, tomamos la decisión de llevar a cabo estos eventos, a efecto de exponer las cuestiones corporativas, fiscales y laborales de mayor relevancia, a las que deberán prestar especial interés estas empresas.

En el más reciente de estos eventos, realizado el 12 de julio en Milán, convocamos a un interesante grupo de clientes e inversionistas Italianos a platicar de temas relevantes que involucra el hacer negocios en México en lo general, pero en particular temas de altísimo contenido técnico fiscal.

Iniciamos este evento con la participación del abogado Víctor Nakakawa socio responsable del área de Corporativo M&A en el despacho de Anaya, abordando las principales estructuras, a



GUGLIELMO MAISTO



través de las cuales, las empresas italianas pueden realizar negocios en México, indicando de manera general, los requisitos para su formación e inicio de operaciones pero, sin dejar de comentar sobre las dificultades prácticas que nos encontramos enfrentando al respecto, principalmente, en relación con la identificación de los beneficiarios controladores de dichas estructuras.

Asimismo, examinamos los efectos de la reforma en materia de subcontratación, para los diversos modelos de negocios a través de los cuales pudieran realizar su inversión en México, haciendo especial énfasis en el alcance del concepto de “puesta a disposición” y las obligaciones que deberán cumplirse en caso de contratación de servicios especializados o para la ejecución de obras especializadas. Finalmente el abogado Edgar Anaya, de la mano de los interesantes comentarios y aproximaciones del Profesor Guglielmo Maisto, realizamos un recorrido por los temas fiscales que se han vuelto más relevantes para estas inversiones en los últimos años, iniciando con los efectos del nuevo régimen de transparencia fiscal en las relaciones con las sociedades o figuras jurídicas italianas; seguido de un análisis de los temas principales del Tratado entre México e Italia para Evitar la Doble Imposición en Materia de Impuestos Sobre la Renta y Prevenir la Evasión Fiscal, tales como, los requisitos que deben satisfacerse para la aplicación del tratado; asimismo, sobre el tratamiento correspondiente a los dividendos distribuidos por las sociedades residentes en México e intereses; posteriormente tuvimos oportunidad de exponer acerca del concepto de

razón de negocios y, finalmente abordamos las cuestiones más importantes a las que se enfrentan las empresas materia de controversias fiscales; así como, las características de la figura del acuerdo conclusivo.

Por último, se tuvo la oportunidad de discutir temas prácticos relacionados con la recuperación del IVA en México, industria maquiladora y temas prácticos de naturaleza fiscal internacional.

¿Podrían comentarnos si hubo asistentes, momentos o experiencias durante estas jornadas que se destaquen?

Sin duda fue un extraordinario evento. Nos acompañaron representantes de más de 15 empresas transnacionales italianas que cuentan con inversión en México. Empresas como

Igualmente se discutieron temas a detalle de beneficiario controlador y de maquiladoras, lo cual brindó una nueva perspectiva de inversión y de cómo abordar ciertas cuestiones a los asistentes

Prysmian, ENI, Gucci, Magneti Marelli, Tenaris, Sace nos acompañaron haciendo este un gran evento.

Uno de los puntos medulares de la discusión tuvo verificativo en torno a los problemas prácticos que se encuentran experimentando las empresas que invierten en México en torno a devoluciones de IVA, por lo que se discutieron casos de éxito y mejores prácticas en industrias como la manufacturera para afrontar estos temas que generan gran preocupación en el sector.

Igualmente se discutieron temas a detalle de beneficiario controlador y de maquiladoras, lo cual brindó una nueva perspectiva de inversión y de cómo abordar ciertas cuestiones a los asistentes. Temas como los acuerdos conclusivos que se promueven ante la Procuraduría de la Defensa del Contribuyente en México generaron gran interés.

La interacción de los abogados del despacho de Maisto, los señores Guglielmo Maisto, Aurelio Massimiano, Cesare Silvani y Silvia Boiardi y su interacción con los abogados Edgar M. Anaya y Víctor Nakakawa del despacho de Anaya hicieron de este evento algo realmente valioso y

trascendental.

El evento concluyó con un maravilloso cocktail que ofreció el despacho de Maisto en su imponente terraza que observa la Piazza Filippo Meda, sin duda uno de los lugares más hermosos de Milán.

¿Qué tipo de eventos y colaboraciones donde participen ambos despachos podemos esperar en el futuro?

El siguiente evento en el que participaremos ambos despachos es el 75° Congreso de la IFA, que se llevará a cabo en México, en el Hotel Moon Palace de Cancún, Quintana Roo del 22 al 26 de octubre de 2023.

Nos hemos referido varias veces a la IFA, pero para que la conozcan un poco, les comparto que la IFA es una organización internacional no gubernamental y no sectorial creada en 1938 en la Haya, a efecto de procurar las relaciones comerciales internacionales bajo criterios de eficiencia económica. Como su nombre lo indica, la IFA se ocupa de asuntos fiscales a nivel mundial y se encuentra dispuesta como una organización neutral, independiente, sin cabildeo y como tal, es la única red global de este tipo. Como organización sin fines de lucro, la IFA proporciona una plataforma imparcial, donde los representantes de todas las profesiones, con diversos intereses, pueden reunirse y debatir sobre cuestiones fiscales internacionales al más alto nivel.

La IFA se centra y enfoca en el derecho fiscal internacional y comparado, así como en los aspectos financieros y económicos de la tributación. Para alcanzar estos objetivos, organizamos congresos anuales en diferentes ciudades del mundo y publicamos investigaciones científicas relacionadas con los temas antes señalados.

Para este año, nuestro Congreso tendrá verificativo en México, donde esperamos recibir entre 1,800 y 2,000 participantes, incluyendo por supuesto a los mejores fiscalistas de todo el mundo.

El programa técnico del Congreso de la IFA de este año incluye muy interesantes discusiones y debates en torno a Pilar I y Pilar II, temas relevantes en materia de precios de transferencia,

Sobre Maisto e Associati

Despacho de abogados en derecho fiscal en Italia. Fundado en 1991 cuenta con una trayectoria sobresaliente en abordar casos extremadamente complejos.

El socio fundador de la firma, el Profesor Guglielmo Maisto, responsable de la cátedra de derecho fiscal internacional y comparado en la Università Cattolica di Piacenza, actualmente es el presidente de la Región Europea de la International Fiscal Association (IFA), el presidente de la rama italiana de la IFA y en unas cuantas semanas asumirá el cargo de presidente mundial de esta prestigiada asociación fiscal internacional. Maisto cuenta actualmente con 12 socios y 56 profesionales que operan desde las oficinas de Milán, Roma y Londres.

y muy profundos seminarios relacionados con:

- a. La atribución y recolocación de pérdidas corporativas;
- b. Atribución de utilidades a establecimientos permanentes;
- c. La “Buena Fe” en transacciones internacionales; y
- d. No discriminación fiscal.

Lo anterior además de los ya tradicionales, esperados y muy relevantes seminarios de la OCDE, Unión Europa y temas recientes en tributación internacional.

Los Congresos de la IFA son reconocidos a nivel mundial por su muy elevado enfoque técnico, el cual se prepara con varios años de anticipación. Además, estos Congresos reúnen a los principales expertos en la materia, tanto a nivel gubernamental como en organismos internacionales (v.g. la OCDE, la ONU, la ICC, el BIAC y el IBFD), tribunales, autoridades fiscales,

empresas, académicos y profesionistas y, por lo mismo, constituyen un referente a nivel mundial.

En nuestro congreso la participación tanto del despacho de Maisto como de Anaya será, sin duda las más importantes dentro del evento. Por un lado, el Profesor Guglielmo Maisto asumirá el cargo de presidente de esta importante asociación fiscal, teniendo una intensa participación en las reuniones a realizar y en el programa técnico del evento de 5 días. Por su parte, el Maestro Anaya como responsable de la organización de todo el evento, tendrá una igualmente participación en el programa técnico y social del Congreso. Ambos despachos tendrán mucha interacción entre sí, con sus clientes y con terceros haciendo de su participación en el congreso algo realmente valioso.

Les comparto un video sobre la Historia de IFA, con independencia de que pueden obtener más información de la asociación en su sitio oficial y del Congreso IFA Cancún 2023 y sus inscripciones. 📺

EDGAR ANAYA



VICTOR NAKAKAWA



Sobre Anaya, Díaz E Ibáñez

Despacho mexicano multidisciplinario, con gran historia y experiencia, en especial con enfoque en la materia fiscal internacional.

El socio fundador de Anaya, el abogado Edgar M. Anaya, Maestro de Derecho Fiscal en la Universidad Panamericana en la Ciudad de México, es socio del área fiscal y responsable de las áreas de derecho administrativo, energético y litigio fiscal. Edgar Anaya es actualmente es el presidente de la rama mexicana de la IFA, Miembro del Supervisory Committee y del Nominations Committee de la IFA a nivel global y presidente del Comité Organizador del Congreso IFA Cancún 2023. De igual forma, integra el área fiscal del despacho de Anaya la Maestra Fabiola Díaz quien es reconocida como líder entre el sector de mujeres fiscalistas en México y representante de Norteamérica del grupo WIN (Woman of IFA Network), ella es especialista en derecho fiscal patrimonial. El despacho de Anaya, se ve complementado por los socios Juan Cristóbal y Juan José Ibáñez expertos del área laboral y quienes gozan de un altísimo prestigio en el mercado laboral mexicano. Por su parte, Víctor Nakakawa Trejo es el socio responsable del área de Corporativo M&A en la firma. Finalmente, no menos importante, el abogado Héctor Garza quien es el socio responsable del área ambiental y de consulta indígena, y líder en el sector.

FALP



Federação dos Advogados
de Língua Portuguesa

2º Congresso FALP

"A IA na Advocacia do século XXI"

 6 e 7 de novembro 2023

 Auditório Cardeal de Medeiros, UCP
Lisboa, Portugal

Apoio Media



IBERIANLAWYER



THE
LATINAMERICANLAWYER

Apoio Institucional



CATOLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



THE LATIN AMERICAN LAWYER



THE DIGITAL AND FREE MAGAZINE

DEDICATED TO THE LATIN AMERICAN
BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews with lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



**Search for The Latin American Lawyer
or IBL Library on**



N 33 | Setembro 2023

Diretora de Redação

ilaria.jaquinta@iberianlegalgroup.com

Vice-diretor

michael.heron@iberianlegalgroup.com

Colaboração

giselle.estrada@iberianlegalgroup.com
amanda.medeiros@iberianlegalgroup.com

Contribuição

julia.gil

Diretor de Redação - Grupo

nicola.dimolfetta@lcpublishinggroup.com

Responsável Administrativo

carlos.donaire@iberianlegalgroup.com

Equipe Gráfica

francesco.inchingolo@lcpublishinggroup.com
andrea.cardinale@lcpublishinggroup.com
riccardo.sisti@lcpublishinggroup.com

**Gestor Internacional
de Projetos e Conferências**

anna.palazzo@iberianlegalgroup.com

CEO

aldo.scaringella@iberianlegalgroup.com

**Group Communication
and Business Development Director**

helene.thierry@lcpublishinggroup.com

General Manager and Group HR Director

stefania.bonfanti@lcpublishinggroup.com

Group CFO

valentina.pozzi@lcpublishinggroup.com

Marketing and Sales Supervisor

chiara.seghi@lcpublishinggroup.com

**Account Executive Brazil, Iberian
and Latam Markets**

amanda.castro@iberianlegalgroup.com

Events and Sales Coordinator

silvia.torri@lcpublishinggroup.com

Editor

Registered office:
C/ Manuel Silvela, 8
1º Dcha
28010 Madrid
T: + 34 91 563 3691
info@iberianlawyer.com
www.iberianlawyer.com
www.thelatinamericanlawyer.com

The publisher and authors are not responsible for the results of any actions (or lack thereof) taken on the basis of information in this publication. Readers should obtain advice from a qualified professional when dealing with specific situations. Iberian Lawyer is published 11 times a year by Iberian Legal Group SL. © Iberian Legal Group SL 2020 - January 2022 Copyright applies. For licensed photocopying, please contact info@iberianlegalgroup.com

Legal Deposit

M-5664-2009
info@iberianlegalgroup.com